

Plano Anual de Investimentos

Valores Mobiliários e Títulos da Dívida Pública Federal

Ano de 2025





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

1. Introdução	3
1.1. Contexto e criação do (Rioprevidência).....	3
1.2. Objetivos e estrutura dos fundos administrados.....	5
2. Modelo de Gestão	5
2.1. Visão Estrutural da Governança Corporativa.....	5
2.2. Estrutura do Conselho de Administração e suas responsabilidades.	6
3. Estratégia de Alocação dos Recursos	4
3.1. Cenário Econômico e Financeiro.....	4
3.2. Análise da política monetária brasileira e suas implicações para os juros.....	4
3.3. Expectativas de inflação e desempenho do mercado de trabalho	4
3.4. Dados sobre o crescimento do PIB e consumo das famílias	4
4. Diretrizes para Alocação	29
4.1. Critérios para a diversificação dos investimentos, incluindo classes de ativos	29
4.2. Metas de retorno ajustadas ao risco para cada fundo gerido.....	29
5. Gestão de Riscos	31
5.1. Identificação e avaliação dos principais riscos associados aos investimentos.....	31
5.2. Estratégias para mitigação de riscos, incluindo hedge e diversificação	31
6. Escolha dos Parceiros	31
6.1. Critérios para seleção de parceiros na gestão dos investimentos	31
7. Metodologia de Precificação dos Ativos	32
7.1. Abordagem para avaliação e precificação dos ativos sob gestão	32
8. Anexos	35



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência foi criado em 1999 com a competência de prover o pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores inativos e aos pensionistas, proporcionando alternativas de custeio, de capitalização de ativos e de transparência na gestão dos passivos previdenciários. A Autarquia concentra o pagamento de aposentadorias e de pensões de todos os servidores estaduais, englobando os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública do Estado.

O Estado do Rio de Janeiro, em 2012, criou a previdência complementar (Lei Estadual nº 6.243, de maio de 2012) e procedeu à segregação de massa (Lei Estadual nº 6.338, de 6 de novembro de 2012) para quem ingressasse no serviço público a partir de 4 de setembro de 2013. Estas medidas tiveram como objetivo atingir o equilíbrio financeiro e atuarial no longo prazo.

O Rioprevidência possui, assim, a competência de administrar dois fundos de previdência do Regime Próprio (RPPS): o Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário. Conforme previsto na legislação, há uma segregação gerencial, financeira e contábil dos três fundos.

O Fundo Financeiro está sob o regime de partição simples, logo a gestão de seus ativos é focada na liquidez de curto prazo. São ativos, de grande relevância financeira, deste fundo, não somente as contribuições, mas também os direitos do Estado do Rio de Janeiro sobre a exploração de petróleo e gás, nos termos do art. 20, §1º, da Constituição Federal.

O Fundo Previdenciário é destinado aos servidores que ingressaram no novo modelo de previdência do Estado, funcionando sob regime de capitalização.

Além dos fundos previdenciário e financeiro, o Rioprevidência também gerencia dois outros fundos: o Fundo Administrativo, usado para despesas operacionais e constituição de reservas, e o Fundo Militar, destinado aos pagamentos do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM).

Importante destacar que, no ano de 2024, o Estado do Rio de Janeiro possuía um quadro de servidores de aproximadamente 424 mil, entre ativos, inativos e pensionistas. Esses dados foram apresentados no "Caderno de Recursos Humanos", publicado pelo Governo do Estado, que detalha o perfil e a distribuição geográfica desses servidores, além de fornecer informações sobre os dispêndios com a folha de pagamento.

Com base no levantamento realizado em outubro de 2024, o estado conta com cerca de 424 mil servidores, entre efetivos, estatutários, temporários e aposentados, distribuídos entre os diferentes órgãos estaduais. A folha mensal destinada aos aposentados e pensionistas gira em torno de R\$ 2,2 bilhões

Diante da obrigatoriedade e compromisso com as melhores práticas de gestão financeira, apresentamos à sociedade o Plano Anual de Investimentos (PAI) para o ano de 2025, relativo aos recursos financeiros da autarquia, no que tange a investimentos mobiliários e títulos da dívida pública.

A gestão norteia-se pelas diretrizes apresentadas no Plano Anual de Investimentos de 2025: gestão de recursos direcionada à visão integrada de ativos e passivos de acordo com a característica de cada Fundo gerido, buscando o retorno compatível e minimização de exposição a riscos.

¹Caderno de Recursos Humanos – Edição nº104, Gestão de Pessoas do Estado do RJ (GESPERJ) – CASA CIVIL, <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC42000038014>



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

1. MODELO DE GESTÃO

1.1. VISÃO ESTRUTURAL DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Objetivando garantir a confiabilidade da organização através de um conjunto de mecanismos, tanto de incentivos como de monitoramento, apoiados sobre princípios como transparência e prestação de contas (accountability), atualmente a estrutura da governança corporativa tem a seguinte forma.

ESTRUTURA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de administração

Juliano Pasqual - Secretário de Estado de Fazenda (SEFAZ);
Nicola Moreira Miccione - Secretário de Estado da Casa Civil (SECC);
Adilson de Faria Maciel - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG);
Renan Miguel Saad - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE);
Paulo Vinícius Cozzolino Abrahão - Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE/RJ);
Gabriel Albuquerque Pinto - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ);
Israel Barbosa - Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ);
Pedro Paulo Marinho de Barros - Representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ);
Marlene Santiago da Rosa Sampaio - Representante dos Segurados do Executivo;
Eunice Bitencourt Haddad - Representante dos Segurados do Tribunal de Justiça (TJ);
Claudio Henrique da Cruz Viana - Representante dos Segurados do Ministério Público (MP);
Mauro da Silva Thomaz - Representante dos Segurados do Tribunal de Contas;
Simone Amorim Couto - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ);
Deivis Marcon Antunes - Diretor-Presidente do RIOPREVIDÊNCIA.

Conselho de Fiscal

Vinicius Zanata Alves Lobo – Presidente
Marcio Garcia Liñares
Elaine Maria da Cunha Peres Barcelos

Diretoria Executiva

Deivis Marcon Antunes - Diretor-Presidente
Alcione Soares Menezes Filho – Diretor de Administração e Finanças
Marcel Silva Gladulich – Diretor Jurídico

Controle Interno e Auditoria

Barbara Schelble – Gerente de Controle Interno e Auditoria

Corregedoria

Thiago da Silva Quinto - Corregedor



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

As responsabilidades de cada órgão da estrutura acima estão detalhadamente definidas no Regimento Interno desta Autarquia, disponível em seu sítio oficial. As decisões relativas aos investimentos são colegiadas, com as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração, inclusive por meio deste Plano Anual de Investimentos (PAI). As diretrizes mensais, por sua vez, são elaboradas pela equipe técnica e submetidas ao Comitê de Investimentos, órgão consultivo, que as analisa e propõe recomendações, assegurando o alinhamento contínuo com a conjuntura econômica vigente.

1.2. MODELO A SER ADOTADO

O modelo de gestão a ser utilizado no Fundo Previdenciário (Regime Capitalizado), no Fundo Financeiro (Regime de Repartição Simples), no Fundo Administrativo (Taxa de Administração) e nos recursos do Sistema de Proteção Social dos Militares será o de gestão própria. O responsável pela gestão dos recursos é o Diretor de Investimentos que atua com auxílio de duas gerências, Gerência de Patrimônio Imobiliário e a Gerência de Operações e Investimentos. A primeira sendo responsável pela gestão e controle da carteira de imóveis pertencente ao Fundo financeiro, enquanto a segunda gerência dá suporte em relação aos valores mobiliários e títulos da dívida pública federal.

2. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

2.1. CENÁRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

2.1.1. CENÁRIO NACIONAL

2.1.1.1 – DESAFIOS SEM O APORTE DOS ROYALTS

A ausência dos recursos provenientes dos royalties tem se mostrado uma dificuldade significativa para o Rioprevidência, o sistema de previdência dos servidores públicos do estado do Rio de Janeiro. Os royalties do petróleo, especialmente as participações especiais do petróleo extraído da camada do pré-sal, sempre foram uma fonte crucial de receita para o fundo financeiro. Essa receita adicional possibilitava uma entrada mais estável de recursos, essencial para equilibrar as contas e garantir a sustentabilidade das aposentadorias e pensões dos servidores.

Sem os royalties, o Rioprevidência se vê mais dependente das contribuições regulares dos servidores e do próprio estado, recursos que são menos previsíveis e mais escassos. Essa dependência maior das contribuições anuais, que nem sempre são suficientes para cobrir os benefícios pagos aos aposentados e pensionistas, impõe uma pressão considerável sobre o sistema. Isso aumenta o risco de insolvência, uma vez que a receita regular pode não ser suficiente para assegurar o pagamento dos benefícios.

A falta de uma entrada de recursos mais estável também prejudica o planejamento de longo prazo do Rioprevidência. Anteriormente, com os royalties, o sistema poderia realizar um planejamento financeiro mais eficiente, baseando-se numa fonte de receita previsível. Sem essa garantia, a gestão do fundo se torna mais desafiadora, dificultando a implementação de estratégias que visem a segurança e o equilíbrio financeiro do sistema de previdência. Isso compromete a confiança dos beneficiários no funcionamento do sistema e na regularidade dos pagamentos.

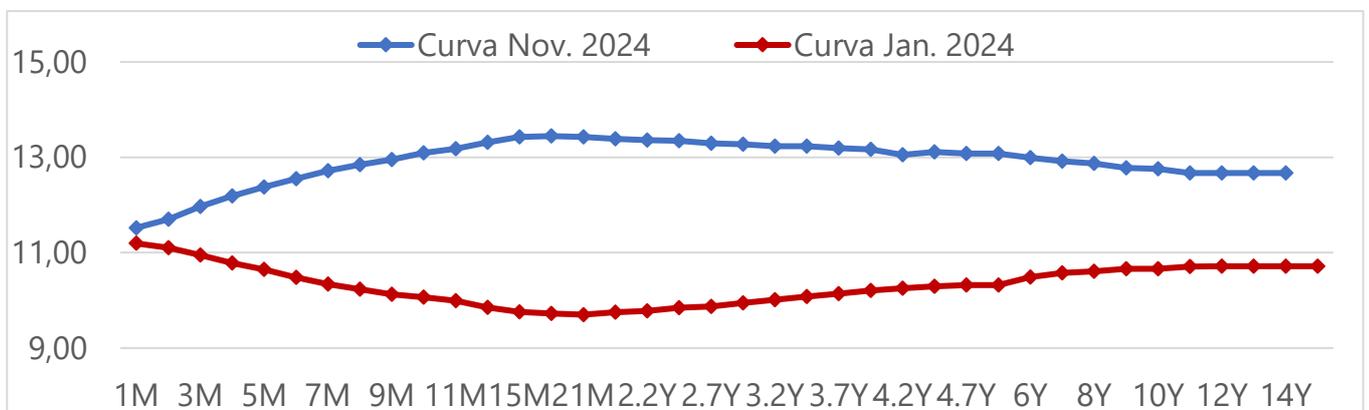


Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Além disso, a escassez de recursos pode forçar o Rioprevidência a vender ativos ou fazer ajustes nos investimentos, o que pode acarretar uma desvalorização dos ativos e, em alguns casos, provocar atrasos nos pagamentos aos beneficiários. Esse cenário afeta diretamente a qualidade e a segurança do sistema previdenciário. Com menos recursos próprios, o Rioprevidência se torna ainda mais dependente da capacidade do governo estadual de honrar suas contribuições. Caso o governo enfrente dificuldades fiscais e não consiga manter seus aportes, o sistema poderá enfrentar ainda mais desafios financeiros.

Nesse contexto, a gestão dos investimentos do Rioprevidência se mantém focada na preservação da saúde financeira do fundo e na manutenção dos compromissos com os beneficiários. Essa atuação ocorre em um ambiente econômico mais amplo, no qual a política monetária brasileira, em 2024, seguiu sendo fortemente influenciada pela postura do Banco Central em relação ao ciclo de juros. Após uma série de aumentos ao longo de 2023, o foco passou a ser a estabilização da Selic em um patamar de juro neutro, estimado em torno de 9%. O Banco Central seguiu um processo gradual de redução das taxas de juros, alinhado à tendência dos Estados Unidos e com o foco nesses mecanismos de transmissão da conjuntura externa sobre a dinâmica inflacionária interna.

O mercado já precificava esse movimento de desaceleração das taxas no início de 2024, como pode se observar no gráfico a seguir da curva de juros futuro no mês de janeiro.

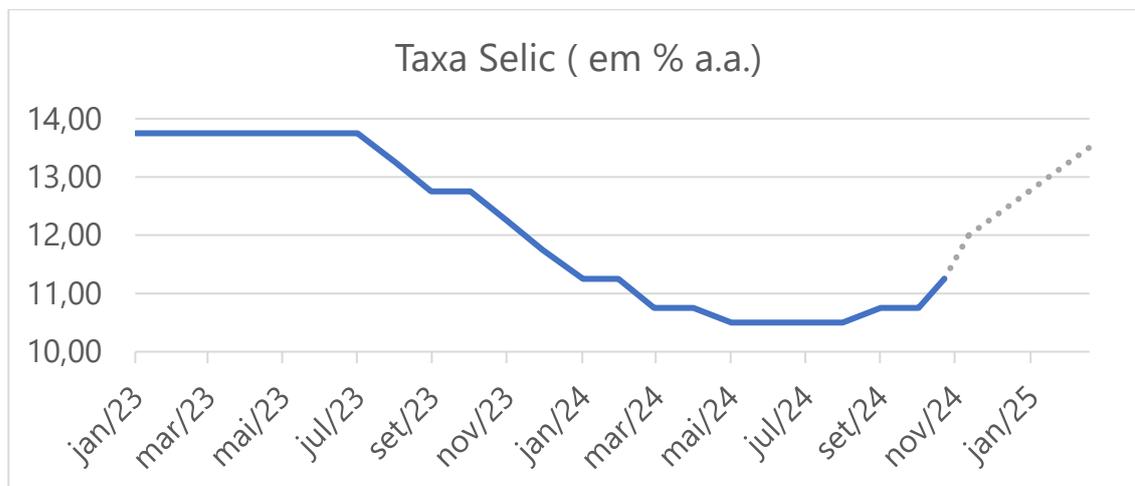


No entanto, como apontado no gráfico, o Banco Central tem mantido uma postura vigilante diante dos efeitos inflacionários, especialmente após sinais de desaceleração observados ao longo do ano. Atualmente, devido ao cenário fiscal desafiador, os juros devem voltar a subir, impulsionados não apenas pela persistência da inflação, mas também pelo aumento da percepção de risco país por parte dos investidores.

A taxa Selic, que já atingiu patamares elevados no ano anterior, pode retornar ao nível de 13,5%, buscando alinhar-se à curva de juros. Alguns grandes players do mercado chegam a projetar uma elevação para até 15% até 2026, como medida para conter a inflação e reduzir o risco associado ao endividamento público. Se tornou crucial que o Banco Central intensifique seus esforços para desacelerar o aquecimento econômico observado e mitigar o impacto da inflação, ao mesmo tempo em que busca restaurar a confiança na sustentabilidade da dívida pública, um ponto de atenção crescente entre investidores.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



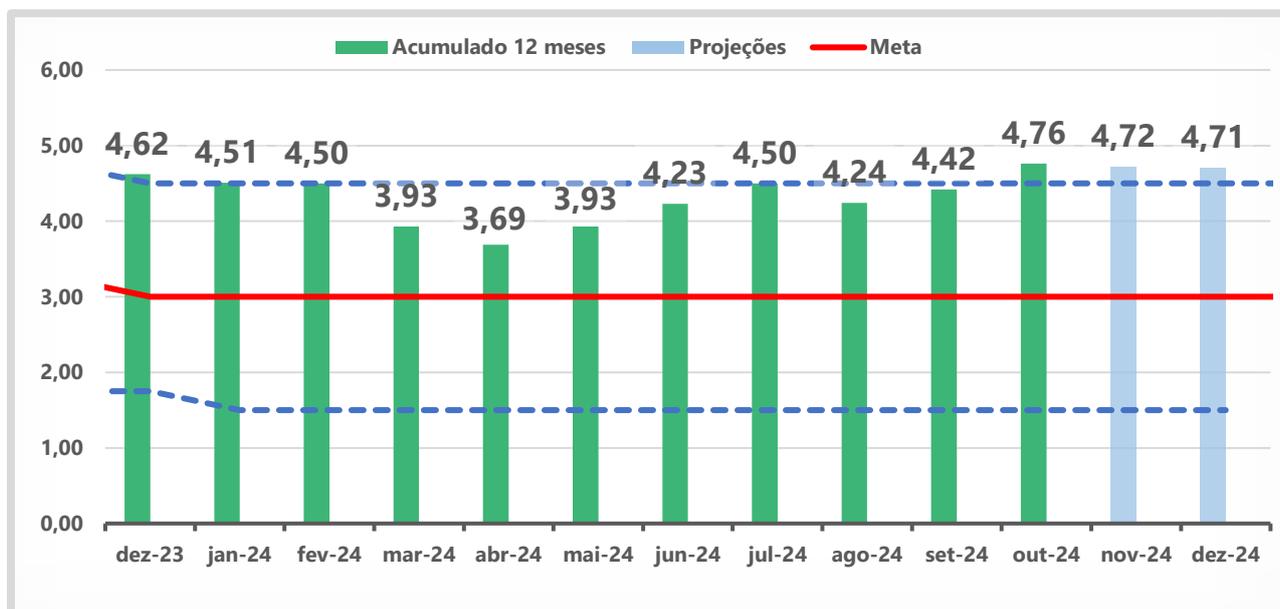
Essa redução das expectativas de inflação em 2024, mencionado anteriormente, foi amplamente impulsionada pelo desempenho surpreendente do mercado de trabalho e pelo expressivo crescimento do consumo das famílias, que se destacaram como os principais fatores de pressão inflacionária no período. A combinação de uma aceleração significativa nos preços livres e o surgimento de novas pressões sobre os preços administrados agravou o cenário inflacionário, elevando as expectativas para os próximos meses.

Esse panorama reflete uma atividade econômica mais robusta, com maior demanda em um mercado de trabalho já aquecido. Adicionalmente, o aumento dos preços dos serviços livres, os impactos da desvalorização cambial sobre bens comercializáveis e as novas pressões sobre os preços de alimentos, energia e combustíveis dificultaram o processo de desinflação. Os dados indicam que o ritmo de desaceleração inflacionária será mais lento do que o inicialmente projetado, exigindo maior rigor nas políticas monetária e fiscal para evitar choques adicionais de demanda que possam intensificar a inflação.

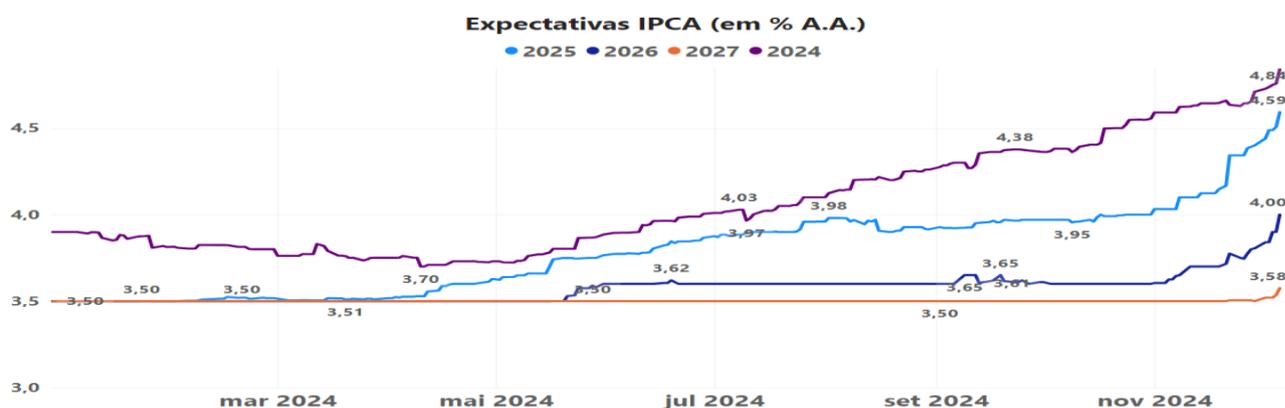
O gráfico abaixo apresenta a evolução da inflação acumulada em 12 meses em comparação com as metas estabelecidas, destacando os desafios enfrentados para cumprir os objetivos de controle inflacionário. Em outubro, a inflação superou o limite superior da meta em 0,26 p.p., e as projeções indicam que, até o final de 2024, o índice não deve alcançar o patamar desejado pela política monetária.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



As expectativas de inflação apresentaram alta para os curtos e médios prazos, ampliando o desvio em relação à meta de 3,00%. Para 2024, o IPCA passou de 3,79% em março para 4,84% atualmente, impulsionado por altas nos preços administrados, como gasolina e gás de botijão, e por bens industriais. Em 2025, as projeções subiram de 3,80% para 4,59%, enquanto para 2026 e 2027 permanecem acima ou próximas da meta, indicando desafios persistentes no controle inflacionário.



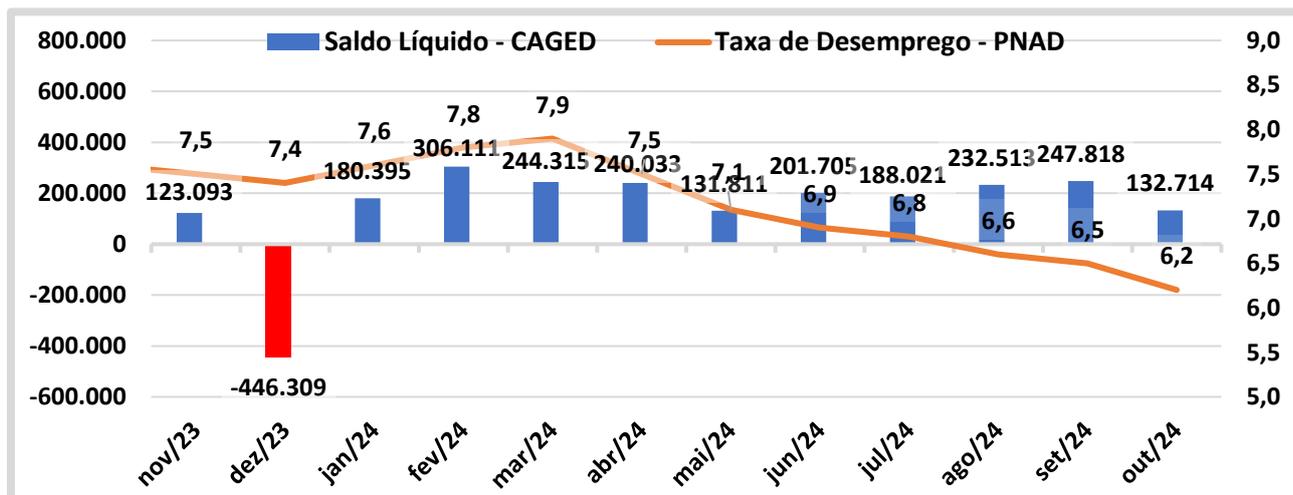
Apesar disso, projeta-se um cenário mais favorável para 2025, com o apoio de uma política monetária contracionista que o Banco Central deve adotar até 2026 segundo expectativas.

Em 2024, o mercado de trabalho brasileiro apresentou resultados robustos, superando expectativas e alcançando marcos históricos. A taxa de desocupação registrou quedas consecutivas, atingindo 6,5% em julho, um recuo de 1,1 p.p. em relação ao mesmo período de 2023. Esse desempenho foi impulsionado tanto pela criação de novos postos de trabalho quanto pelo crescimento mais lento da força de trabalho. A população ocupada chegou a 102 milhões, um aumento de 2,3% em termos anuais, enquanto a formalização avançou significativamente, atingindo 61,4%, bem acima dos níveis pré-pandemia.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

O setor de serviços liderou a geração de empregos, destacando-se na formalização de vínculos empregatícios. No trimestre móvel encerrado em julho, o número de trabalhadores formais cresceu 2,8% em relação ao ano anterior, enquanto os informais aumentaram apenas 1,2%. A ocupação cresceu em todos os grupos etários, com destaque para trabalhadores acima de 60 anos (+6,9%) e, em menor escala, entre os mais jovens (+1,6%). O mercado também se tornou mais qualificado, com maior crescimento na ocupação de trabalhadores com ensino superior (+5,8%).



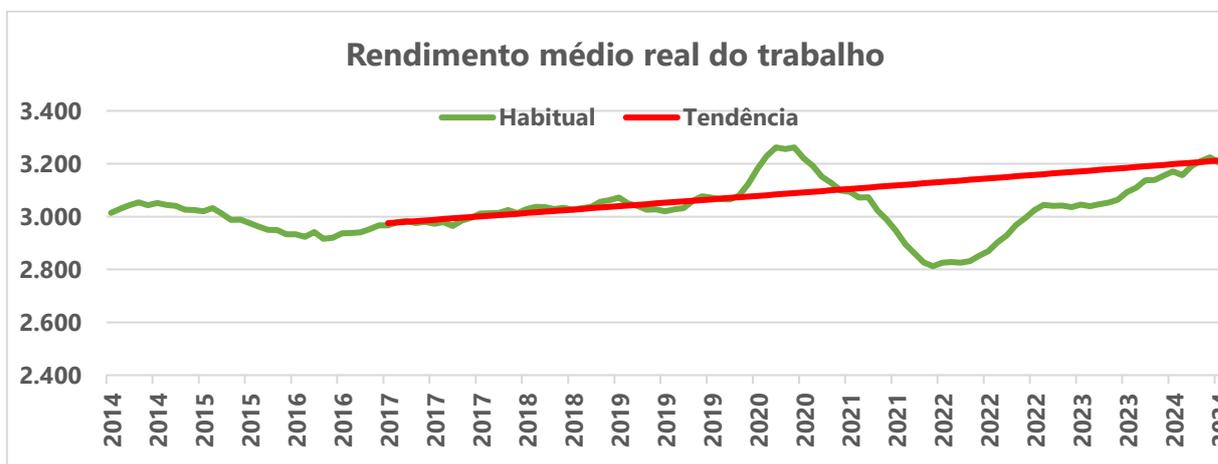
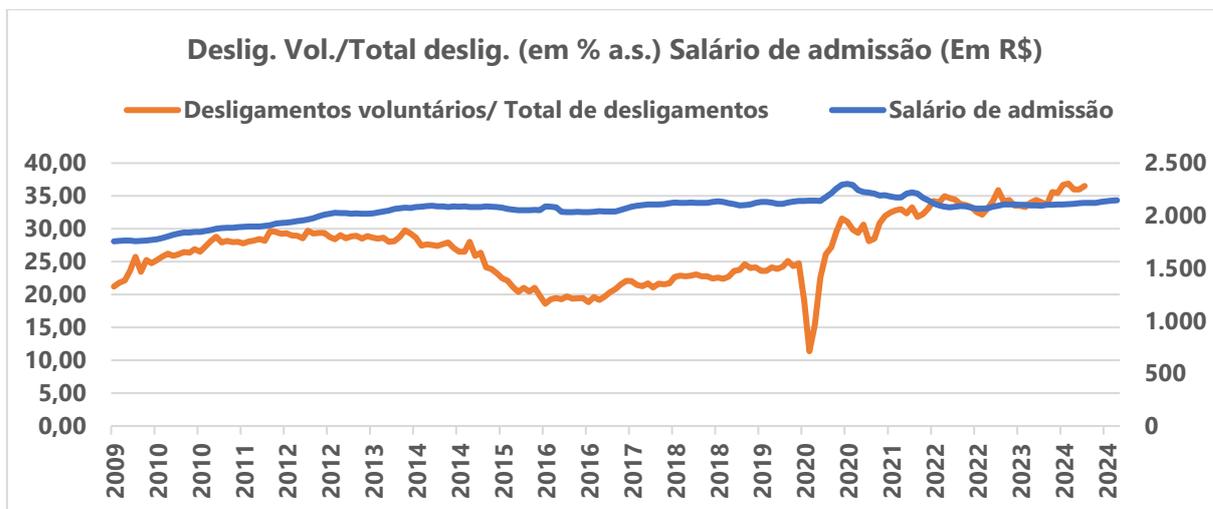
Os rendimentos médios acompanharam esse dinamismo, houve redução no percentual de desalentados, que caiu para 2,8%, e no desemprego de longo prazo, refletindo melhorias estruturais no mercado de trabalho brasileiro. Esses resultados demonstram o vigor do mercado, embora continuem a demandar atenção para possíveis desequilíbrios entre oferta e demanda nos próximos anos.

Um indicador adicional que reforça o cenário de aquecimento do mercado de trabalho em 2024 é a proporção de desligamentos voluntários em relação ao total de demissões, que atingiu o recorde de 36,88% em abril. Além disso, a evolução do rendimento real habitual também demonstra um desempenho robusto: na comparação anual, o crescimento foi de 5,8% em junho e 4,8% em julho, superando o ritmo de expansão da produtividade no mesmo período.

Em uma análise de longo prazo, os rendimentos atuais estão 5,2% acima da média de 2019, alinhando-se ao nível que seria esperado com a continuidade da tendência de crescimento observada entre 2017 e 2019, antes da pandemia segundo análises do Banco Central. Os salários de admissão também refletem essa aceleração, registrando um aumento de 1,11% até julho de 2024, superior à elevação de 0,74% observada em todo o ano de 2023.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



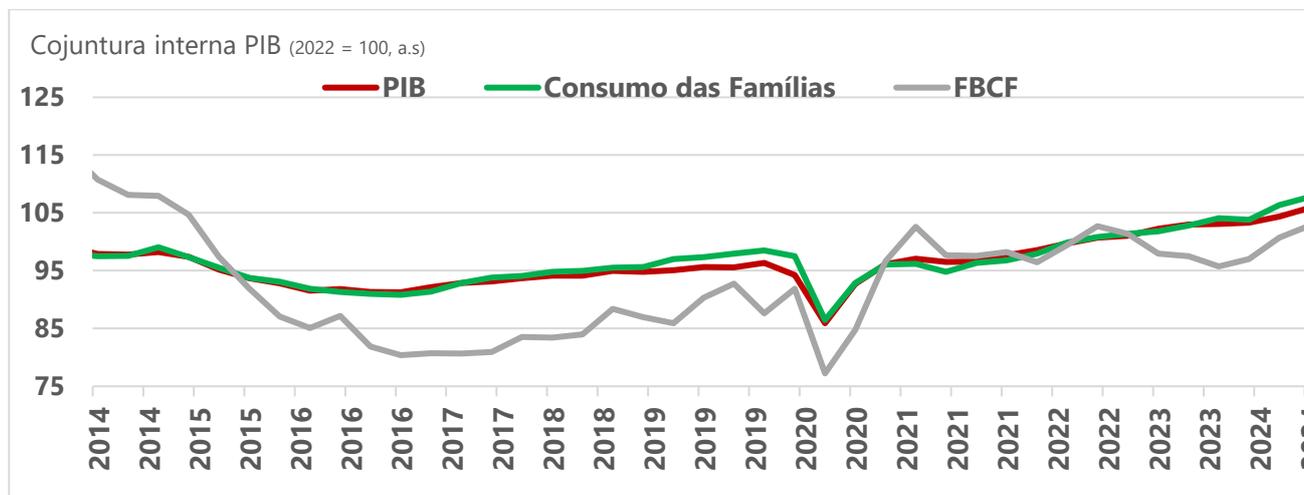
No terceiro trimestre de 2024, o PIB apresentou um crescimento acima das expectativas, impulsionado principalmente pelo consumo das famílias, que continua sendo um dos principais motores da atividade econômica no país. Após uma leve retração no último trimestre de 2023, o consumo das famílias cresceu a taxas elevadas nos dois primeiros trimestres de 2024, com variação média de 1,2% no acumulado do ano, próxima à observada desde o terceiro trimestre de 2021 (1,1%).

Esse avanço reflete tanto a recuperação do consumo de bens duráveis quanto a retomada do consumo de serviços, que havia sido fortemente impactado durante a pandemia de Covid-19. Dados do comércio e da produção industrial indicam que o consumo de bens duráveis, mais sensível às taxas de juros e ao crédito, também apresentou aumento significativo desde o final de 2023. Paralelamente, o consumo de bens básicos continuou a crescer, apoiado pelos ganhos reais de renda do trabalho e pelas transferências sociais do governo.

Paradoxalmente, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) vem apresentando suas máximas históricas, com alta de 2,1% na margem e 10,8% na comparação interanual, refletindo o aumento na construção civil e na demanda por máquinas e equipamentos. A FBCF adicionou 1,8 p.p. ao PIB no trimestre, elevando a taxa de investimento da economia para 17,6%, um aumento de 1,2 p.p. em relação ao mesmo período de 2023. No acumulado de quatro trimestres, a FBCF cresceu 3,7%, com um carry-over de 7,2% para 2024.



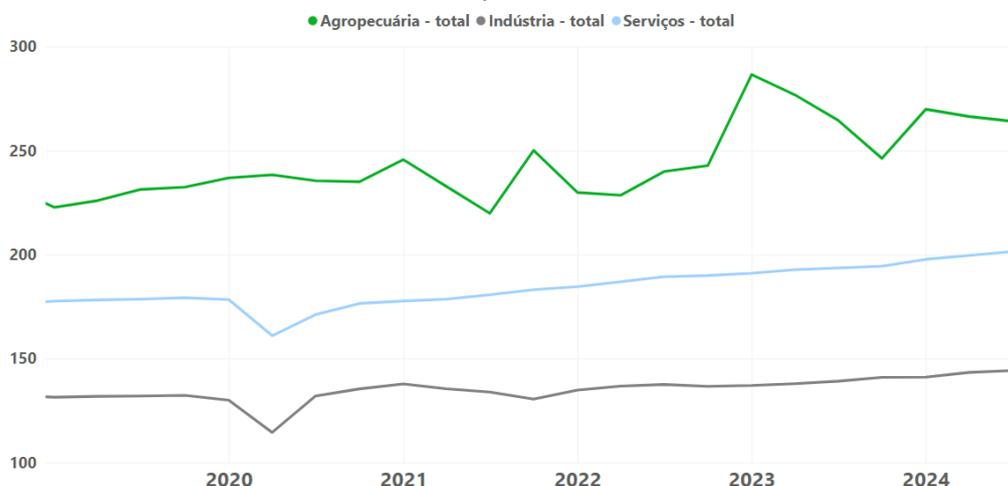
Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



Apesar do forte desempenho da demanda interna, o crescimento veio acompanhado de redução nas exportações líquidas, devido à expansão significativa das importações na comparação interanual. O consumo do governo também teve uma contribuição positiva, crescendo 1,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e 0,8% na margem, adicionando 0,2 p.p. ao PIB trimestral.

Observando o PIB em seus setores, foram tidas altas pelos setores de serviços e indústria, enquanto a agropecuária registrou queda. O **setor de serviços** cresceu 0,9% na margem e 4,1% interanual, acima das projeções, com destaque para informação e comunicação (+2,1%) e atividades financeiras (+1,5%). Em quatro trimestres, acumulou alta de 3,4%, com carry-over de 3,7% para 2024. A **indústria** avançou 0,6% na margem e 3,6% interanual, com alta acumulada de 2,6% em quatro trimestres. A indústria de transformação liderou na margem (+1,3%), impulsionada pelos segmentos automotivo e químico. Por fim, **agropecuária** recuou 0,9% na margem e 0,8% interanual, acumulando queda de 3,5% no ano, devido a baixas em lavouras importantes como milho e laranja, apesar de resultados positivos na pecuária. Em resumo, os setores de Serviços e indústria sustentaram o crescimento, enquanto a agropecuária enfrentou dificuldades, refletindo um cenário com choques externos.

Série encadeada do índice de volume trimestral do PIB com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100)

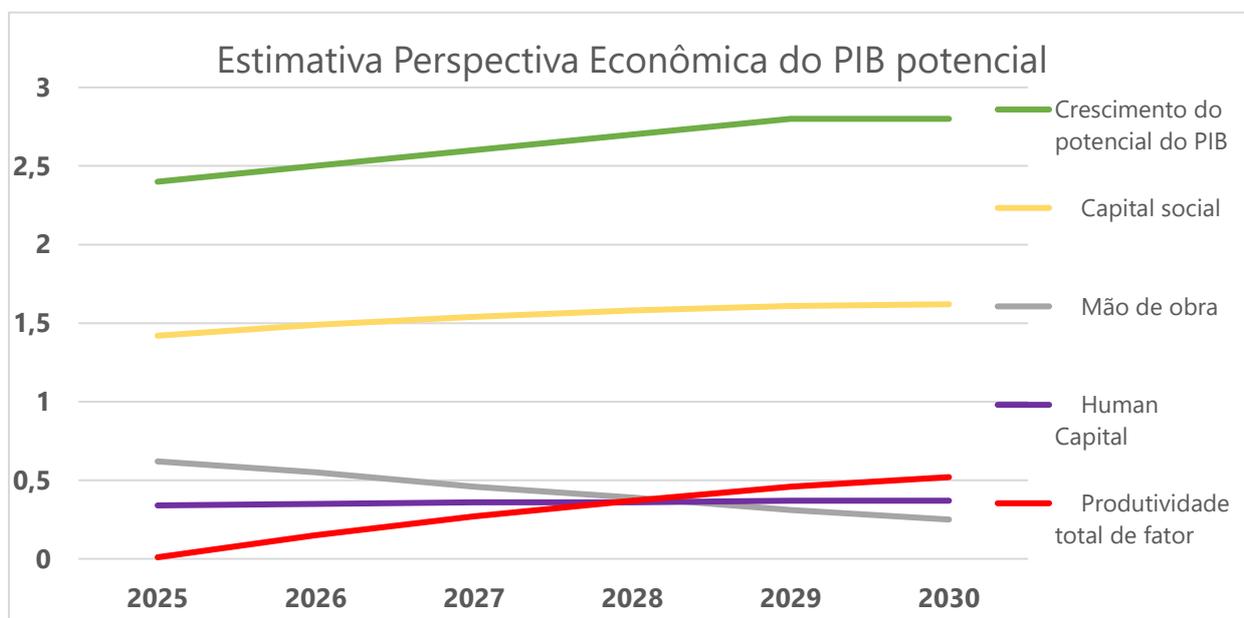




Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

No geral os resultados destacam a relevância do consumo das famílias e dos investimentos na trajetória de crescimento econômico da demanda interna de 2024, com perspectivas de um aquecimento contínuo da economia para o início do ano de 2025 com uma estimativa de crescimento em torno de 2%.

De acordo com as perspectivas econômicas da Bloomberg, o crescimento potencial do PIB brasileiro até 2030 deverá manter uma média de 2,66% ao ano. No entanto, o Brasil enfrenta um problema crônico relacionado à Produtividade Total dos Fatores (PTF), que em 2025 deve apresentar um crescimento de apenas 0,1%, o que contribui para a estagnação do crescimento econômico e impede o PIB de superar essa média projetada. No entanto, há uma expectativa de que a PTF registre uma variação positiva de 51% entre 2025 e 2030, o que pode representar um avanço significativo para a produtividade do país. Por conseguinte, o cenário para a mão de obra é preocupante. Estima-se uma queda de até 0,27% até 2030, o que pode agravar os desafios de longo prazo para a economia brasileira na oferta. Contudo, as demais variáveis relacionadas ao crescimento continuam mantendo trajetórias positivas.



De acordo com os dados do IBC-BR muito desse aquecimento da economia vem em uma crescente de maio até julho apresentando uma aceleração de 6,47%, no ano de 2023 durante esse período se apresentou apenas 2,36% de variação. Esse cenário corroborou a economia inflacionada que se encontra agora ao final do ano de 2024.

Foi um ano marcado por um forte expansionismo fiscal. Como observado nos dados anteriormente mencionados, o cenário fiscal do Brasil passou por revisões significativas em relação às previsões do início de 2024. Espera-se agora uma inflação mais alta, taxas de juros mais elevadas e um crescimento do PIB que se mantém em níveis semelhantes aos projetados anteriormente. A política fiscal desempenha um papel central nesse contexto, sendo um dos principais fatores que contribuem para o atual patamar elevado das taxas de juros.

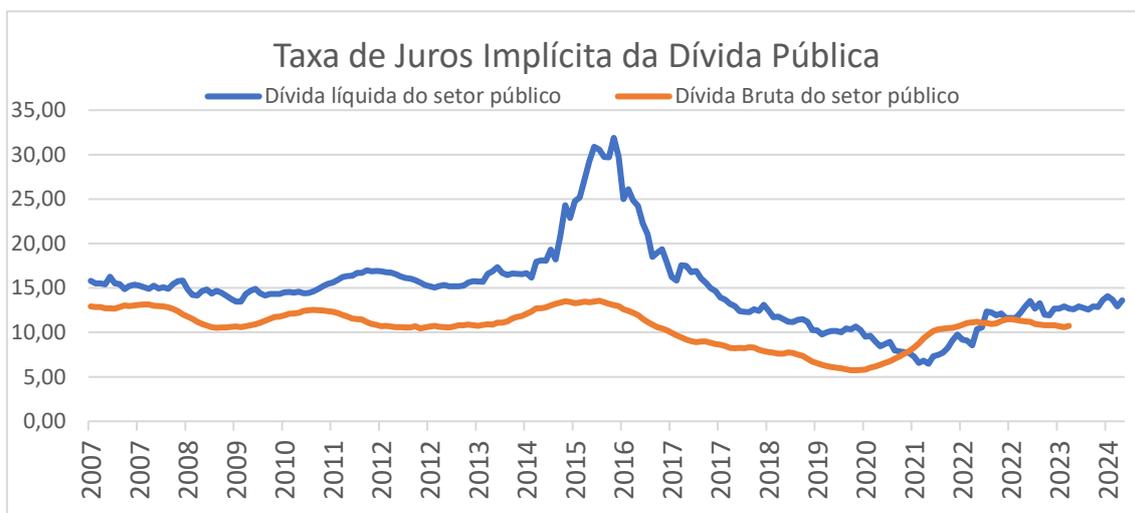


Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

O resultado primário do setor público, embora não tenha apresentado grandes alterações, agora está associado a uma projeção maior para o déficit nominal. Adicionalmente, a perspectiva para a evolução da dívida pública se deteriorou, impulsionada pelo aumento das despesas com juros, o que gera ainda mais pressão sobre a sustentabilidade fiscal do país.

No âmbito do Governo Central, tanto receitas quanto despesas continuam a crescer significativamente. Medidas aprovadas pelo Congresso, como a reoneração dos combustíveis e a tributação de fundos exclusivos, juntamente com a expansão da atividade econômica e o bom desempenho do mercado de trabalho, garantiram um aumento robusto de 8,6% na arrecadação federal em termos reais no acumulado do ano até julho. Contudo, as despesas também registraram crescimento expressivo, subindo 7,8% no mesmo período, impulsionadas por gastos previdenciários e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), que devem superar o previsto na Lei Orçamentária de 2024. Também houve superávits regionais em relação a 2023, contudo, houve deterioração nas contas em julho, relacionadas às enchentes no Rio Grande do Sul.

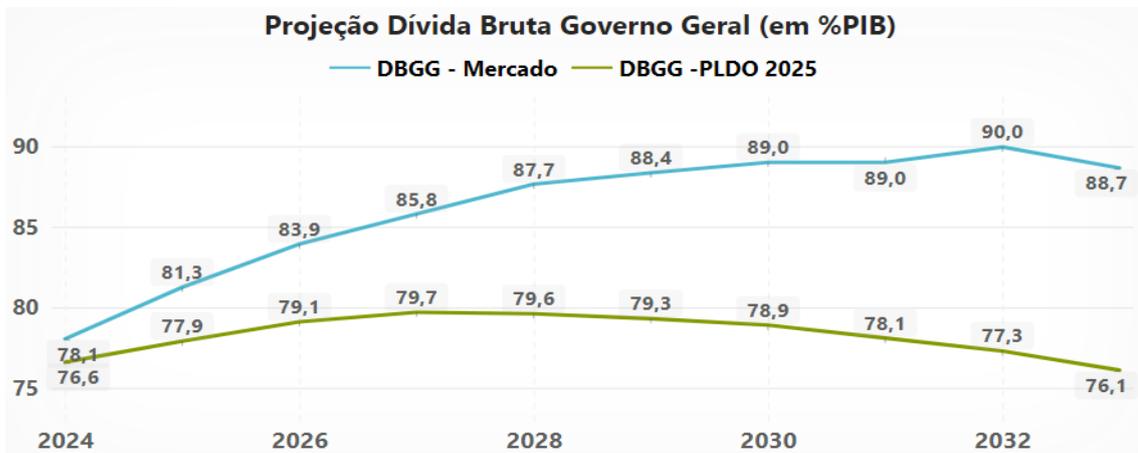
Importante a ser visualizado é a taxa de juros implícita presente na dívida. Desconsiderando as crises da pandemia e de 2015/2016, a média dessa taxa ficou em 14,36% com isso, atualmente a taxa de juros implícita se encontra abaixo dessa média. No entanto, com o aumento das taxas de juros para realizar o desaquecimento do mercado, espera-se que essa taxa ultrapasse essa média, gerando um acúmulo ainda maior de juros sobre a dívida.



O prazo médio da Dívida Pública Federal (DPF) caiu de 4,18 para 4,16 anos, o que reflete uma confiança menor dos investidores na capacidade do governo de honrar suas dívidas. As estimativas do mercado sugerem que a dívida fechará 2025 em 78,1% do PIB, com um aumento de 11,9% até 2032, antes de começar a declinar. No entanto, o mercado tem historicamente superestimado essa projeção, apresentando um desvio médio aproximado de -12% em margens de tempo acima de cinco anos nas previsões ao longo dos últimos três anos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



Para 2025, o cenário econômico do Brasil se manterá desafiador, com um crescimento econômico modesto, dentro de seu padrão histórico, influenciado pelas políticas monetárias contracionistas e pelo ambiente macroeconômico. A inflação, vai se elevando com o mercado aquecido e com a depreciação cambial, os juros irão se manter elevados, o que reduzirá a capacidade de expansão da atividade econômica.

O contexto fiscal também apresenta pressões significativas. Apesar dos esforços para aumentar a arrecadação e conter gastos, a dívida pública continua em trajetória ascendente, com custos financeiros crescentes caso não seja aprovada a Pec do corte de gastos.

Desse modo, 2025 exigirá estratégias coordenadas entre políticas fiscal e monetária para equilibrar a contenção da inflação com políticas que auxiliem cenários onde a oferta consegue se elevar. Como mencionado anteriormente, a sustentabilidade das contas públicas apresenta um cenário de incertezas e desafios estruturais.

2.1.2. CENÁRIO GLOBAL

2.1.2.1. Estados Unidos da América

2.1.2.1.1. Inflação e Taxa básica de Juros

2.1.2.1.1.1. Inflação

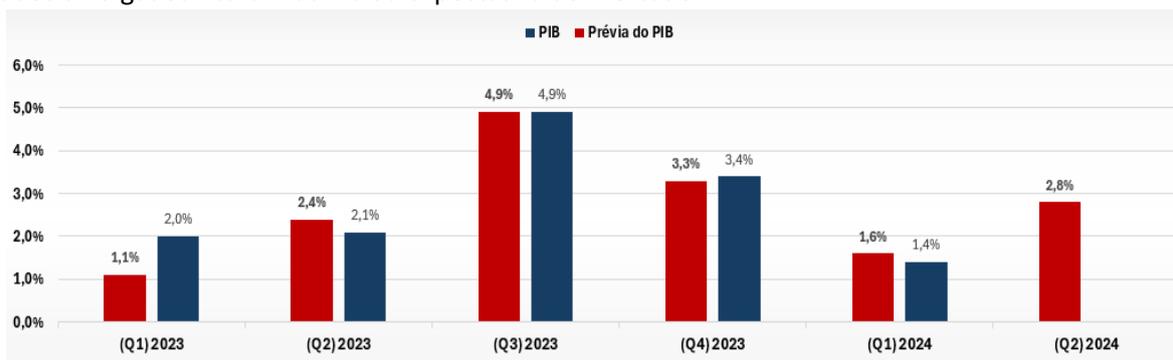
O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) é o principal índice que mede a inflação ao consumidor dos Estados Unidos. O CPI acumulado dos últimos 12 meses abre janeiro de 2024 em 3,1% e acumula queda após uma súbita alta no fim do primeiro trimestre, encerrando em novembro com 2,60%, se aproximando da meta de 2,00% ao ano.



2.1.3.1.1.3. PIB – Produto Interno Bruto e Consumo interno

2.1.3.1.1.3.1. Produto Interno Bruto (PIB)

No primeiro trimestre o PIB cresceu cerca de 1,4% em comparação com o mesmo período de 2023. Os dados também mostram desaceleração em relação ao quarto trimestre de 2023 e mesmo com tendência de baixa, os resultados divulgados ficaram acima da expectativa do mercado.



2.1.3.1.1.4. Consumo Interno

As vendas no varejo indicam que o mercado consumidor está mais ativo que o esperado por economistas, embora um leve aumento nos dados de estoque indique uma expectativa por parte dos varejistas que não foi atendida.

Com o mercado consumidor ainda aquecido, podemos observar que a desaceleração econômica dos Estados Unidos tende a segurar as pontas por enquanto, mas a expectativa ainda é de baixa para o segundo trimestre.

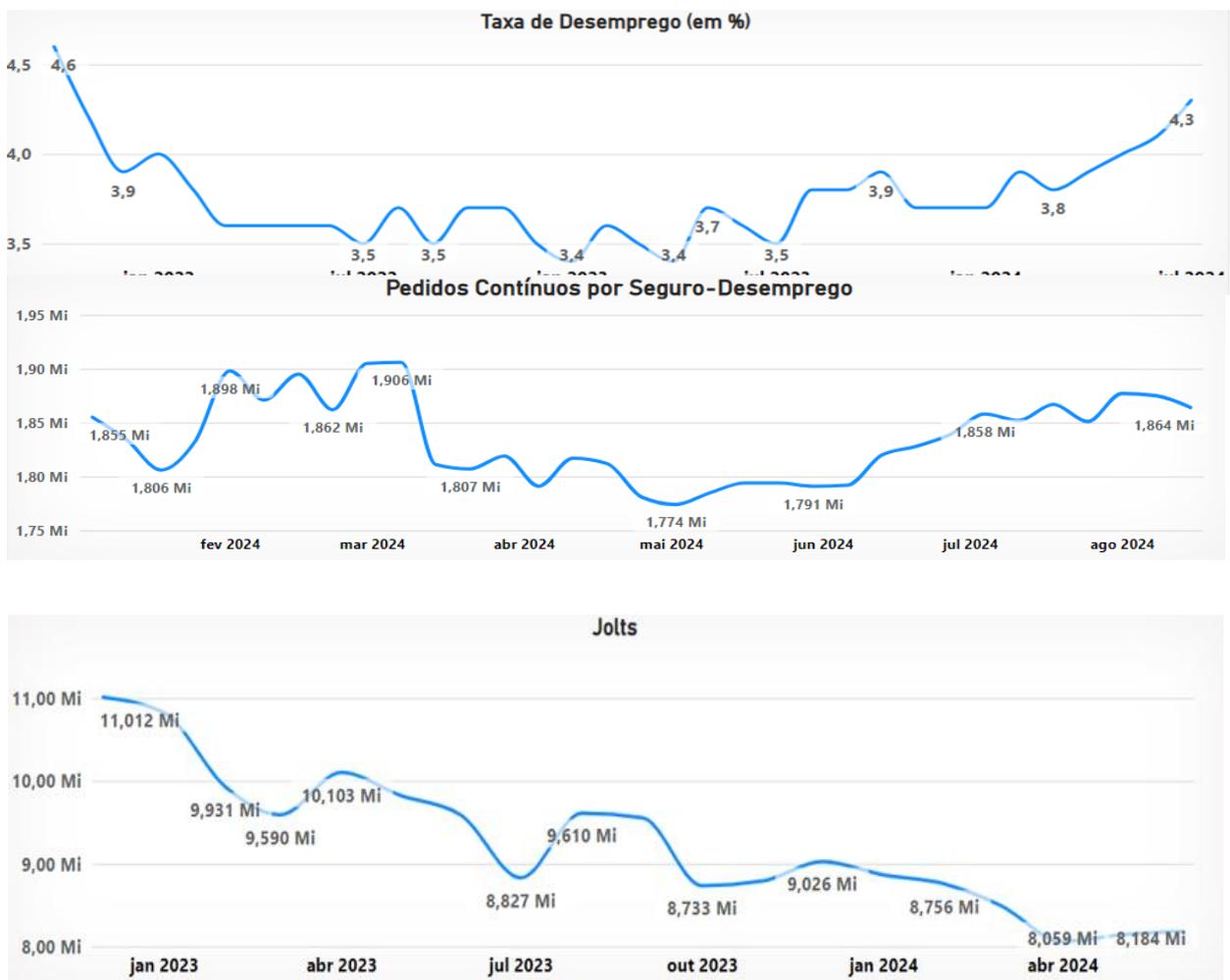




Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.1.3.1.1.5. Mercado de Trabalho

O desemprego segue crescendo em ritmo menos intenso que o esperado por economistas, nos estados unidos. O crescimento desacelerado de desemprego corrobora para que o FED consiga controlar a inflação sem levar os Estados Unidos a uma resseção. Como esperado, o aumento do desemprego também é refletido nos pedidos contínuos de seguro-desemprego.



De acordo com o Jolts que avalia a aberturas de vagas de emprego, foi constatado que foram abertas menos vagas que o esperado para os últimos meses, e segue caindo em um ritmo constante.

Mesmo com desemprego aumentando e as aberturas de vagas diminuindo, a força de trabalho continua forte para suprir as necessidades sem muitos danos à economia, afirma secretaria de estatísticas trabalhistas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.1.3.1.1.6. Eleições

Trump venceu as eleições que foram realizadas em 05/11/2024 com 50,40% dos votos contra Kamala Harris com 48,00% dos votos.

A deportação em massa de imigrantes e aumento de tarifas em produtos estrangeiros foram propostas defendidas ao longo de sua campanha, que de acordo com analistas ouvidos pela BBC, podem “Elevar a dívida pública americana, alimentar inflação e reduzir a corrente de comércio global”.

O conjunto de práticas que Trump deseja impor em seu mandato faz do seu governo ser mais isolacionista, o que pode causar uma mudança no ritmo das relações econômicas do mundo inteiro, como, deportação de imigrantes, que pode causar falta de mão de obra em serviços bases da economia e aumento de tarifas que pode gerar inflação ou redução de demanda, de acordo com professor de economia da USP.

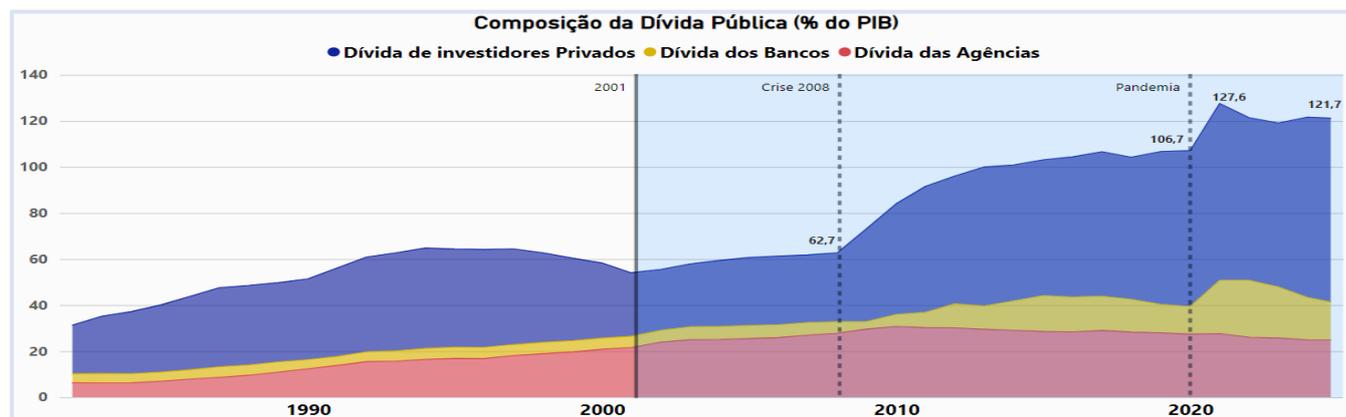
No Brasil, aumento de tarifas pode resultar em menos exportações para os Estados Unidos, que é o nosso segundo maior importador.

2.1.3.1.1.7. Dívida Pública

A dívida pública dos Estados Unidos registrado em 09/12/2024 foi de 123% do PIB, cerca de US\$ 36,17 trilhões no total.

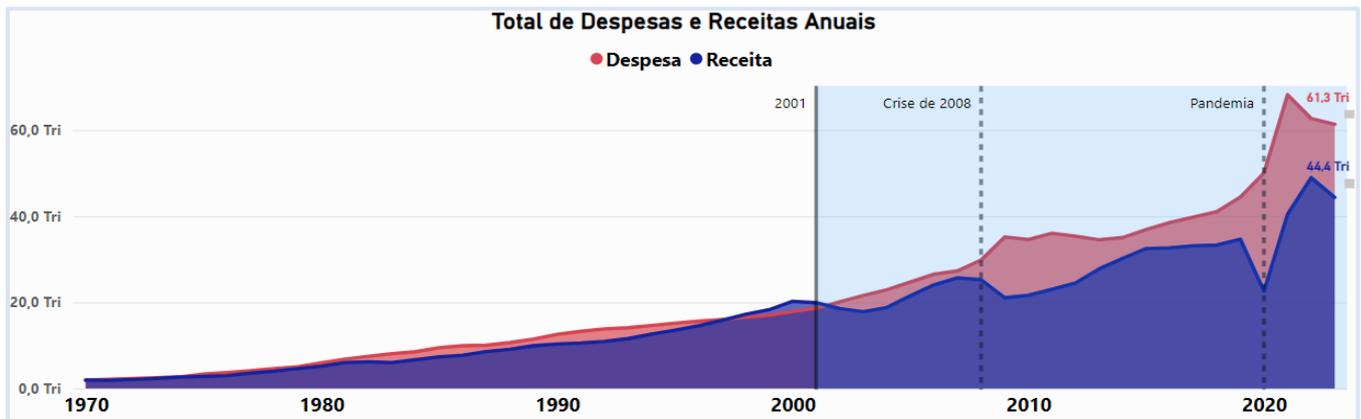
Com o teto da dívida em US\$ 31,4 trilhões, um impasse político vem se arrastando dificultando o aumento desse teto, porém para evitar a paralisação do governo o senado aprovou em 15/11/2023 um pacote de leis que suspendeu o orçamento até 19 de janeiro de 2025.

Desde 2001 as despesas aumentaram consideravelmente sem serem acompanhadas da receita, que cresce em um ritmo insuficiente e se afastando do déficit zero a cada na economia.





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



2.1.3 República Popular da China

2.1.3.1 PIB e Atividade Econômica

2.1.3.1.1 Produto Interno Bruto

O PIB da China cresceu 5,3% no primeiro trimestre de 2024, desacelerando para 4,7% no segundo e 4,6% no terceiro, refletindo desafios estruturais. A desaceleração é atribuída à crise imobiliária, pressões deflacionárias que afetam o consumo, necessidade de reequilíbrio econômico e ajustes estruturais em vários setores. Apesar disso, a meta de crescimento de 5% permanece alcançável.

2.1.3.1.2 PMI Manufatureiro e de Serviços

O China Non-Manufacturing Purchasing Managers' Index é um índice mensal que fornece uma indicação inicial das atividades econômicas no setor não-manufatureiro da China. O índice é compilado pela China Federation of Logistics & Purchasing (CFLP) e pelo China Logistics Information Centre (CLIC).

O PMI é um indicador econômico que mede o desempenho e a atividade do setor de serviços de um país. O índice cobre vários aspectos da atividade empresarial, incluindo a procura, a produção e a distribuição. O PMI é importante porque reflete diretamente o desempenho das empresas e a saúde geral da economia.

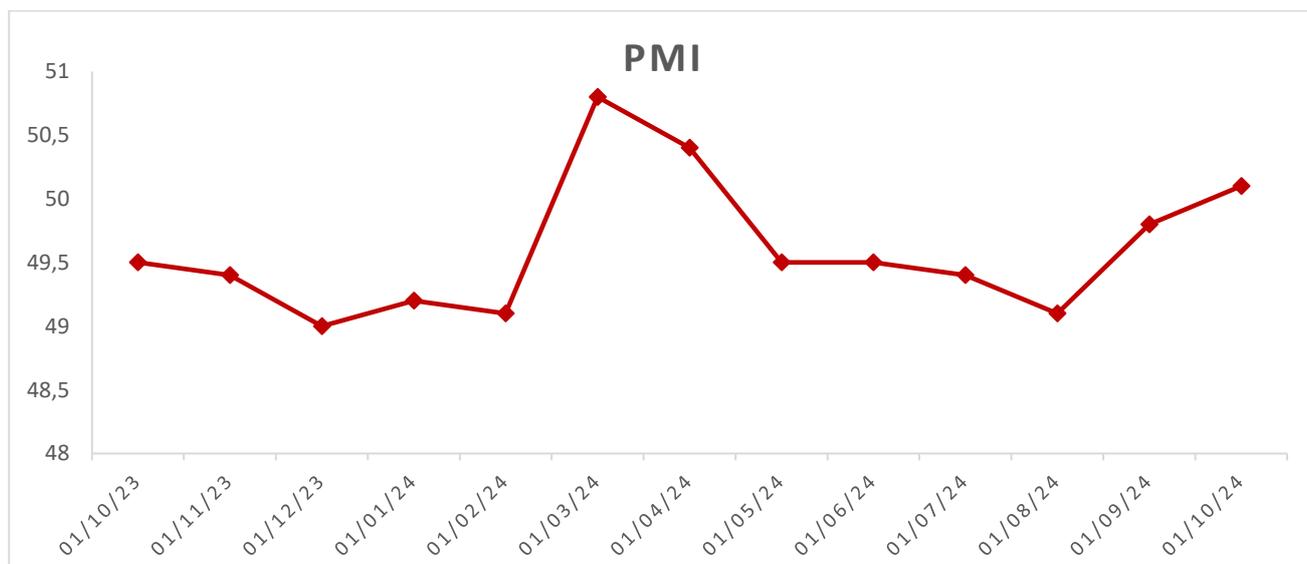
Os setores econômicos apresentaram dinâmicas distintas ao longo de 2024, evidenciando a complexidade da transição econômica em curso.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

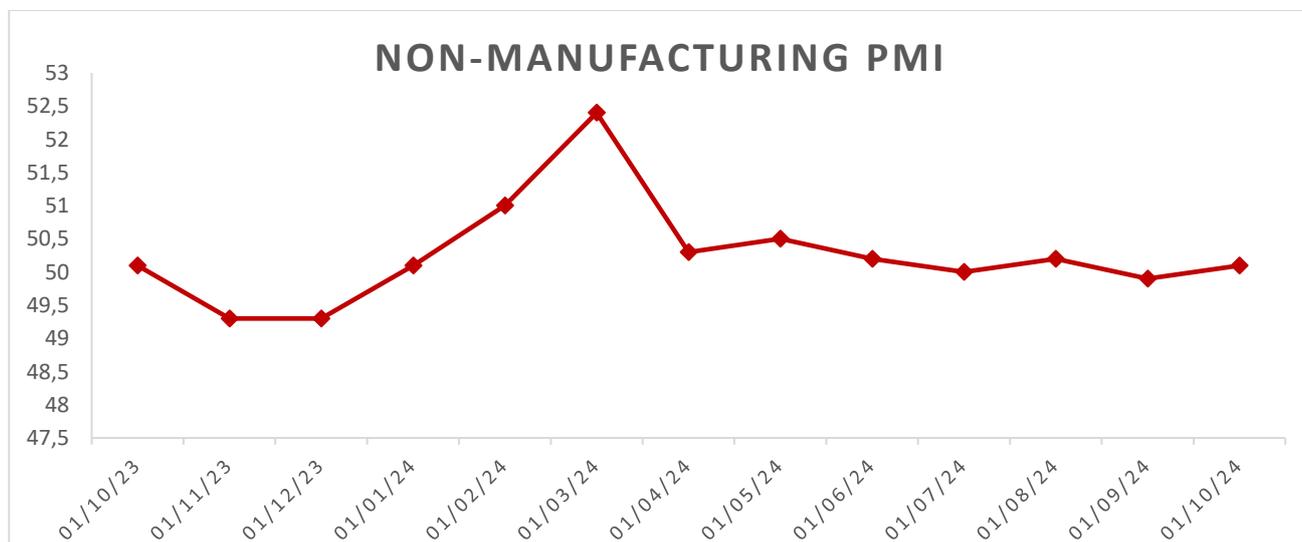
Setor Manufatureiro:

O setor manufatureiro da China enfrentou predominância de índices abaixo de 50 ao longo de 2024, sinalizando contração. Destaques incluem 49,2 pontos em janeiro, um pico de 50,8 em março, e recuperação modesta no final do ano, com 50,1 em outubro. Os dados refletem os desafios da adaptação à nova realidade econômica do país.



Setor de Serviços:

O setor de serviços da China mostrou resiliência em 2024, com índices consistentemente acima de 50 pontos, indicando expansão moderada. O destaque foi março, com 52,4 pontos, seguido de estabilização próxima a 50 no último trimestre, refletindo seu potencial no novo modelo econômico do país.



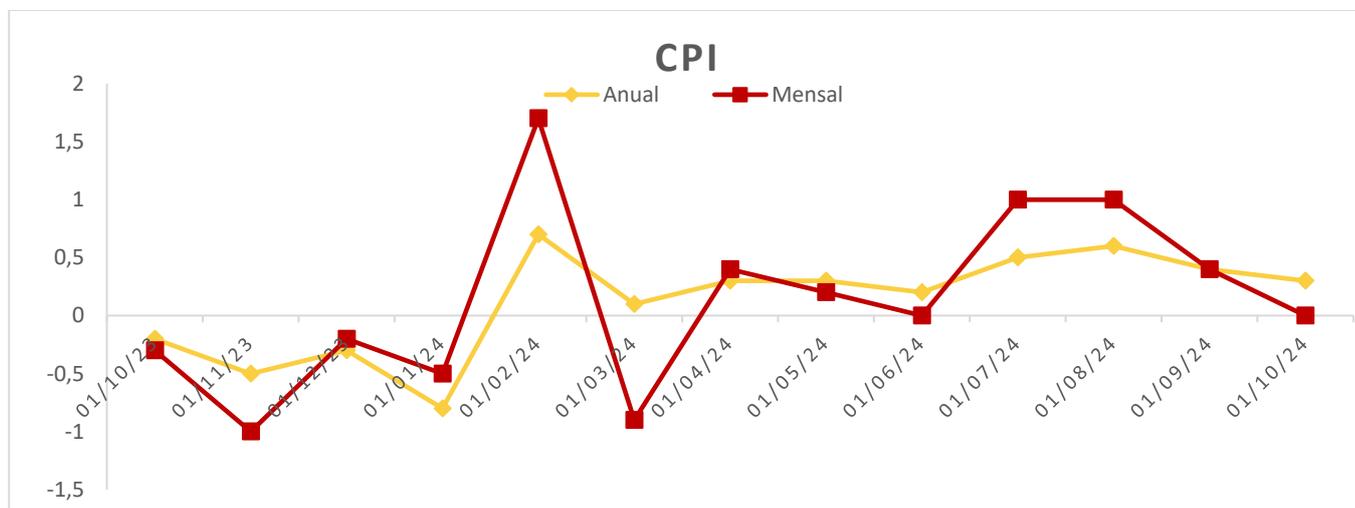


2.1.3.2. Inflação e Política Monetária

2.1.3.2.1. Inflação

Em 2024, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) chinês evidenciou um cenário de pressões deflacionárias no início do ano, com janeiro marcando o ponto mais crítico ao registrar -0,8%, reflexo de uma demanda agregada debilitada e incertezas econômicas. A recuperação começou em fevereiro, com uma alta de 0,7%, o maior índice do ano, seguido por uma estabilização nas variações anuais, que oscilaram positivamente entre 0,2% e 0,6%. Este padrão demonstra uma normalização gradual, embora frágil, dos níveis de preços em relação ao ano anterior. No entanto, a recuperação foi marcada por desafios persistentes, evidenciando a dificuldade de sustentar um crescimento mais sólido em um contexto de transformação econômica estrutural.

As variações mensais do IPC apresentaram maior volatilidade, com destaque para o aumento de 1,0% em fevereiro, contrastando com a queda de -1,0% em março. Essa oscilação reflete fatores sazonais, choques de oferta e ajustes de mercado, com uma estabilização próxima de zero no segundo semestre. A análise conjunta das variações mensais e anuais destaca uma recuperação gradual, porém instável, no ambiente econômico. A persistência de variações próximas a zero aponta para dificuldades na estimulação de uma demanda robusta, exigindo atenção redobrada das políticas monetárias e econômicas para enfrentar os desafios da recuperação e garantir estabilidade nos preços.



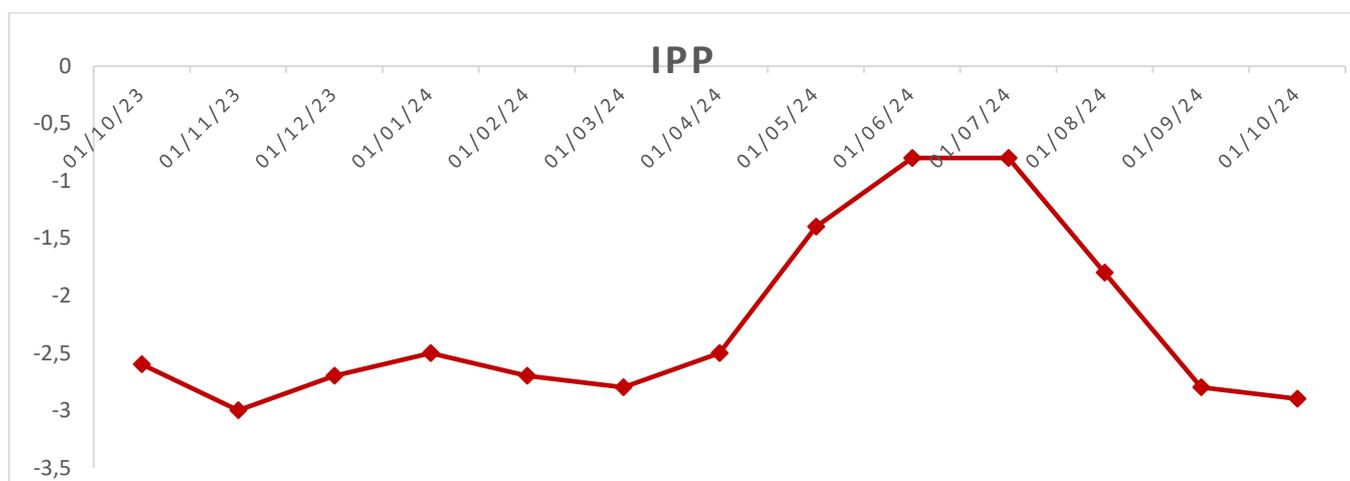
2.1.3.2.2. Índice de Preço ao Produtor

O Índice de Preços ao Produtor (IPP) chinês em 2024 revelou um cenário de deflação contínua, refletindo desafios estruturais no setor manufatureiro do país. A constante sobrecapacidade produtiva em diversos segmentos pressionou os preços para baixo, enquanto a transição econômica da China, com foco no mercado interno em vez de investimentos intensivos, impôs ajustes significativos às indústrias. Apesar de uma leve recuperação em junho e julho (-0,8%), o indicador voltou a deteriorar-se nos meses seguintes, atingindo -2,9% em outubro, evidenciando a fragilidade das indústrias em preservar margens e responder aos estímulos governamentais de estabilização.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Essa queda prolongada no IPP impactou negativamente a lucratividade das empresas, decisões de investimento, contratações e a capacidade de gerenciar dívidas corporativas. Além disso, os preços reduzidos ao produtor podem influenciar os patamares globais, dada a posição da China como principal exportadora industrial. A dinâmica do IPP em 2024 destaca não apenas desafios cíclicos, mas questões estruturais profundas no setor produtivo. A reversão desse quadro exigirá reformas amplas e estímulos econômicos direcionados para garantir um reequilíbrio sustentável da indústria e da economia chinesa.



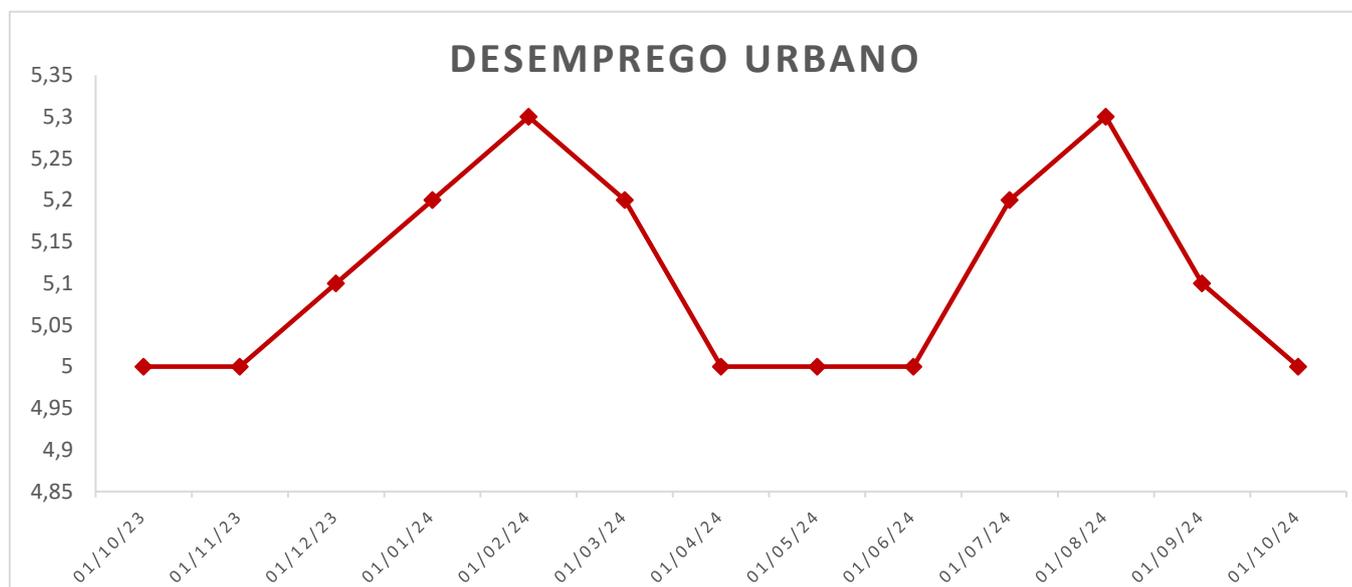
2.1.3.3.3. Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho chinês em 2024 apresentou uma taxa de desemprego urbano relativamente estável, variando entre 5,0% e 5,3%, mas essa constância mascarou desafios estruturais importantes. Após um aumento inicial no primeiro trimestre, a taxa se recuperou gradualmente até atingir 5,0% em abril, mantendo-se nesse patamar durante o verão, período de maior atividade econômica. Contudo, o aumento para 5,3% em agosto revelou fragilidades na capacidade de certos setores em absorver a mão de obra disponível, enquanto os meses seguintes indicaram uma estabilização relativa.

Entre os desafios, destacou-se o desalinhamento entre as qualificações dos trabalhadores e as demandas do mercado, agravado pela digitalização e automação, que afetaram empregos em setores tradicionais. Ao mesmo tempo, a necessidade de habilidades especializadas em tecnologia dificultou a inserção de trabalhadores sem requalificação. A pressão demográfica, com o envelhecimento da população, também contribuiu para os obstáculos no mercado de trabalho. Apesar disso, os setores de tecnologia e serviços continuaram a criar vagas, especialmente em áreas de inovação e consumo doméstico de alto valor agregado. Reformas para requalificação profissional serão essenciais para sustentar a adaptação da força de trabalho e mitigar os riscos de aumento do desemprego.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



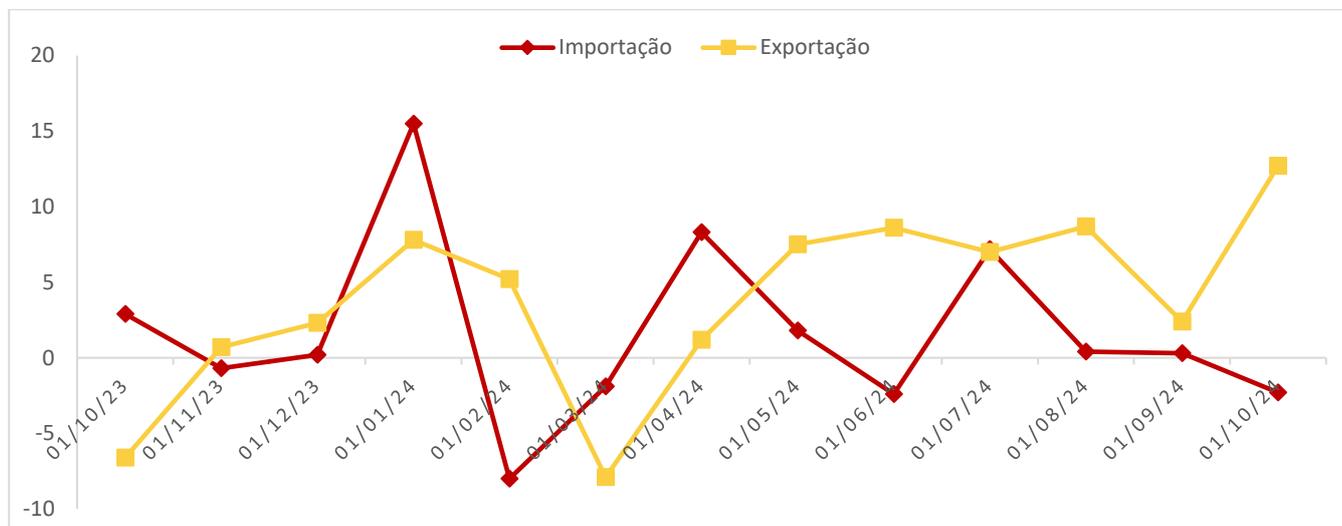
2.1.3.4. Comércio

O comércio internacional da China em 2024 apresentou variações significativas em exportações e importações, refletindo reorganizações nas cadeias globais de suprimento e tensões comerciais contínuas. As exportações começaram o ano com um crescimento robusto de 7,8% em janeiro, seguido por 5,2% em fevereiro, mas enfrentaram uma queda acentuada de -7,9% em março, resultado de uma desaceleração global e problemas nas cadeias produtivas. A partir de abril, iniciou-se uma recuperação consistente, destacando-se os crescimentos de 8,7% em agosto e 12,7% em outubro, o maior índice do ano. Essa retomada foi impulsionada pela diversificação de mercados e pela exportação de produtos de alta tecnologia, como veículos elétricos e componentes eletrônicos, favorecidos por políticas governamentais e uma recuperação parcial da demanda global.

Enquanto isso, as importações apresentaram trajetória mais volátil, refletindo a instabilidade da demanda doméstica e ajustes estruturais nas cadeias produtivas. Após um expressivo crescimento de 15,5% em janeiro, as importações recuaram para -8,0% em fevereiro, mantendo oscilações que culminaram em -2,3% em outubro. Essa dinâmica evidenciou o desafio de equilibrar a dependência de insumos externos com o estímulo à produção interna. Políticas de incentivo à substituição de importações em setores estratégicos, como semicondutores e equipamentos industriais, foram implementadas para aumentar a autossuficiência, mas enfrentaram limitações relacionadas ao tempo necessário para desenvolver competitividade interna e à dependência contínua de tecnologias avançadas de outros países.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro



2.1.3.5. Desafios Estruturais e Perspectivas

Em 2024, a economia chinesa enfrentou desafios estruturais amplificados por pressões deflacionárias, mudanças nos padrões de consumo e um cenário global fragmentado. Políticas econômicas, como cortes seletivos de juros e estímulos à infraestrutura e ao consumo, apresentaram resultados limitados, especialmente no setor imobiliário, marcado por altos níveis de endividamento e excesso de oferta. A transição para um modelo focado em serviços e consumo interno avançou lentamente, enfrentando resistência de setores industriais tradicionais e dificuldades na modernização, agravadas por tensões geopolíticas que restringiram acesso a tecnologias e insumos críticos.

As cadeias globais reorganizadas pressionaram as exportações, aumentando a necessidade de diversificação comercial e fortalecimento regional. Internamente, a demanda doméstica mostrou-se fragilizada, refletindo a cautela dos consumidores diante de incertezas econômicas. Para o futuro, uma desaceleração controlada com reformas estruturais será essencial. A promoção de inovação, modernização e requalificação da força de trabalho será decisiva para consolidar o crescimento sustentável e a relevância da China no cenário global.

2.1.4. Petróleo

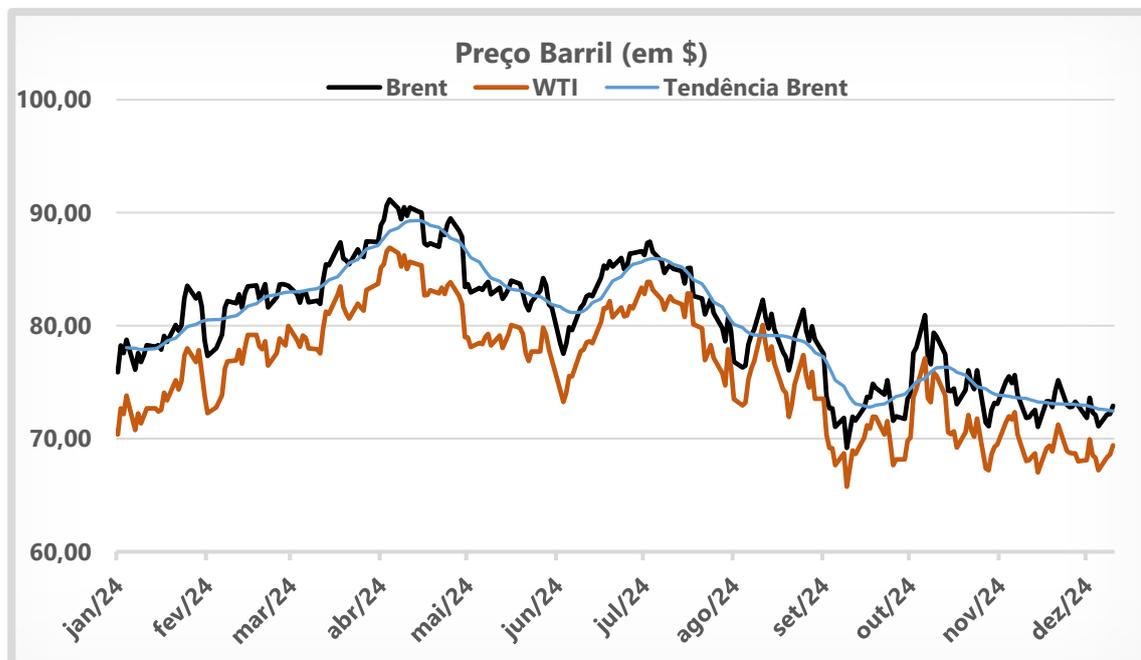
Em 2024, o mercado de petróleo enfrentou significativa volatilidade nos preços, refletindo uma combinação de fatores econômicos, geopolíticos e de dinâmica de oferta e demanda. O Brent e o West Texas Intermediate (WTI) atingiram níveis mínimos históricos, sendo negociados abaixo de \$70 por barril e de \$65,75 por barril respectivamente. Essa desvalorização foi amplamente influenciada pela desaceleração econômica na China, maior importador global de petróleo, onde indicadores econômicos, ficaram abaixo das expectativas, apontando uma fraqueza na demanda doméstica.

A OPEP+, em resposta às incertezas no mercado, manteve cortes de produção estratégicos, limitando o aumento para 180.000 barris por dia, o que representa 5,7% da demanda global. No entanto, ajustes nas previsões de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

crescimento da demanda também foram registrados, com expectativas reduzidas para 2024 e 2025, destacando um cenário mais conservador no consumo global de petróleo.



Apesar da pressão de baixa nos preços, momentos de recuperação foram observados, impulsionados principalmente por tensões geopolíticas no Oriente Médio, incluindo conflitos envolvendo Israel, Irã e Líbano. Essas instabilidades trouxeram um aumento no prêmio de risco, elevando o preço do Brent para picos em torno de \$80 por barril. Ainda assim, a produção global de petróleo continuou a superar a demanda, conforme relatado pela Agência Internacional de Energia (IEA), e os estoques globais permaneceram em queda por cinco meses consecutivos. A IEA tem destacado o Brasil como uma fonte potencial de crescimento da oferta para o próximo ano.

Para o futuro, o petróleo tem demonstrado uma tendência de queda como observado no gráfico acima, e analistas projetam um suporte em torno de \$65 por barril, com a expectativa de que o crescimento da demanda desacelere até 2030, seguido por uma possível contração. A expansão da capacidade de produção, especialmente fora da OPEP+, pode pressionar os preços para baixo, desafiando os esforços de estabilização da organização. O mercado continua a enfrentar incertezas em meio às mudanças no cenário energético global e na transição para fontes renováveis, o que trará novos desafios e oportunidades para os próximos anos.

2.2. PERFIL ATUAL DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

2.2.1. FUNDO FINANCEIRO

A análise a seguir detalha a estratégia de distribuição dos investimentos do Fundo Financeiro, que atualmente concentra cerca de 58,5% de seus recursos em Renda Fixa (RF) indexada ao DI. Recentemente, foram implementadas mudanças na alocação da carteira com o objetivo de potencializar a rentabilidade no longo prazo e auxiliar na cobertura insuficiente de pagamento do Fundo.

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005 Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Essas alterações incluíram a diversificação para ativos de Renda Fixa (RF) indexados ao IPCA, que agora representam aproximadamente 41,5% da carteira. Essa decisão foi embasada no cenário favorável de altas taxas de retorno oferecidas pelos títulos públicos soberanos da dívida, como as NTN-Bs.

A mudança foi conduzida com base em estudos detalhados e avaliações de risco realizados pela Gerência de Operações e Investimentos. Essa estratégia não apenas fortalece a proteção contra a inflação, mas também proporciona uma oportunidade de ganhos superiores ao CDI por meio da valorização dos preços unitários marcados a mercado. Desse modo, está sendo realizada uma abordagem que fortalece o compromisso do Rioprevidência na gestão eficiente do Fundo Financeiro.

2.2.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

A análise detalhada da composição do Fundo Previdenciário da RIOPREVIDÊNCIA destaca uma distribuição abrangente entre diferentes segmentos de investimento. Na renda fixa, o fundo apresenta 8,9% alocados em ativos indexados ao CDI e 87,9% voltados à proteção contra a inflação, com predominância de títulos públicos adquiridos em um momento de altas taxas de retorno.

Dentre os títulos indexados ao IPCA, que correspondem a 61,3% da carteira, 36% estão marcados na curva, enquanto 24,61% são marcados a mercado. Parte desses recursos foi direcionada para novos investimentos em fundos de crédito privado e FIDCs, que apresentam baixa volatilidade e representam aproximadamente 7% da carteira. Essa estratégia combina segurança e proteção contra a inflação, ao mesmo tempo em que busca capturar oportunidades de ganhos com a valorização dos preços unitários dos títulos marcados a mercado. Adicionalmente, o fundo mantém uma leve exposição à renda variável, com 2,6% da carteira alocada nesse segmento, reforçando a diversificação e potencializando a geração de retornos no longo prazo.

2.2.2.1. DESEMPENHO

A carteira apresentou uma rentabilidade acumulada de 6,67% até novembro, enquanto a meta atuarial foi de 9,01%. Em comparação, os índices de referência IMA-B e IMA-B 5+ registraram variações de 0,04% e -6,04%, respectivamente. Mesmo com exposição a ativos atrelados a esses índices, a carteira demonstrou uma performance superior, refletindo uma gestão eficiente e resiliente. Com base nesses resultados, propomos ajustes na política de investimentos, priorizando a manutenção de alocações em ativos de baixo risco, alta liquidez e com potencial para superar a meta atuarial. Essa estratégia reforça o compromisso com a eficácia na gestão dos recursos financeiros, buscando o equilíbrio ideal entre segurança e retorno.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.2.3. FUNDO ADMINISTRATIVO E MILITAR

Além dos fundos previdenciários mencionados, o Rioprevidência também gerencia dois outros fundos: o Fundo Administrativo, que recebe os recursos provenientes da taxa de administração e são utilizados para as despesas operacionais da Autarquia ou para constituir reservas; e o Fundo Militar, conhecido internamente por esse nome, cujo propósito é efetuar os pagamentos relacionados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM).

2.2.3.1. FUNDO ADMINISTRATIVO

A carteira do Fundo Administrativo do Rioprevidência destina-se exclusivamente ao custeio das despesas operacionais da Autarquia, não à cobertura dos benefícios previdenciários. Sua criação está ligada à implementação da taxa de administração de 2,00% sobre a folha de ativos e benefícios concedidos, com o propósito de financiar a gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Esse fundo assegura a continuidade das operações administrativas do RPPS, com os recursos aplicados em instituições financeiras previamente selecionadas conforme critérios definidos pelo Plano Anual de Investimentos. A cobrança da taxa de administração garante que as atividades da Autarquia sejam mantidas sem afetar diretamente os recursos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários.

A análise anterior destaca a estrutura estratégica do Fundo Administrativo da RIOPREVIDÊNCIA, que apresenta uma composição diversificada. Atualmente, 28% dos recursos estão alocados em novos ativos atrelados ao IPCA, os quais registraram uma rentabilidade de 10,83%. Os outros 72% da carteira estão alocados em um fundo indexado ao CDI, refletindo uma estratégia voltada para a combinação de proteção contra a inflação e liquidez, alinhada aos objetivos de gestão do fundo.

2.2.3.2. FUNDO MILITAR

A carteira do Fundo Militar é responsável por cobrir as obrigações relacionadas ao Sistema de Proteção dos Militares, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 13.954/2019. Essa legislação institui o regime de previdência dos militares das Forças Armadas e define as responsabilidades e condições para a proteção social dos militares e seus dependentes.

A gestão desse fundo é responsabilidade do Rioprevidência, mas é importante notar que o patrimônio do Fundo Militar é distinto do patrimônio do ente gestor. Ele é administrado de forma conjunta com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

2.3. OBRIGAÇÕES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A avaliação das obrigações dos Fundos Financeiro e Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é conduzida por meio de um processo de Avaliação Atuarial, cujo relatório mais recente foi elaborado com data-base de 31/12/2023. Este processo abrange diversas etapas essenciais, começando com a análise crítica dos dados cadastrais de servidores ativos, inativos e pensionistas de todos os Poderes, com data-base em 31 de dezembro de 2023.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

A seguir, são definidas as premissas e hipóteses financeiras e atuariais, que sustentam o cálculo das reservas matemáticas, fundamentais para a projeção das obrigações do RPPS. Após a realização dos cálculos, é feita a análise dos resultados, que é complementada pela elaboração de estudos e projeções atuariais, em plena conformidade com os requisitos estabelecidos pela Portaria MF nº 464/2018.

Além disso, a avaliação atua de forma comparativa, analisando os resultados das três últimas avaliações atuariais, o que permite verificar a evolução das obrigações do RPPS ao longo do tempo. Essa comparação possibilita também a verificação da adequação das premissas adotadas em cada período de avaliação. Entre as obrigações analisadas, estão as aposentadorias compulsórias, por tempo de contribuição, por idade, as aposentadorias por invalidez, além das pensões por morte.

Esse processo detalhado visa assegurar a sustentabilidade financeira dos Fundos, garantindo que o RPPS esteja em conformidade com as legislações e normas vigentes, contribuindo para a robustez e confiabilidade do regime de previdência.

2.3.1. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

No exercício de 2022, observou-se uma variação nas receitas e despesas dos fundos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em relação às previsões iniciais. A receita de contribuição patronal e a receita de contribuição dos participantes ficaram abaixo do estimado, com uma diferença de aproximadamente 8,39% e 2,92%, respectivamente, em comparação com as projeções. No que tange às despesas, houve também uma discrepância em relação ao valor empenhado: a despesa efetivamente executada com benefícios para os inativos foi cerca de 1,37% inferior ao previsto, enquanto a despesa com benefícios para os pensionistas apresentou uma execução aproximadamente 3,01% menor do que o valor empenhado.

Essas variações podem refletir ajustes e fatores pontuais que impactaram a arrecadação e a execução de despesas ao longo do exercício, destacando a importância do monitoramento contínuo para o ajuste das projeções e a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

No exercício de 2023, tanto a receita de contribuição patronal quanto a receita de contribuição dos participantes ficaram abaixo das projeções iniciais, com desvios de aproximadamente 3,40% e 4,88%, respectivamente. Em relação às despesas, a execução com benefícios para inativos foi cerca de 2,39% inferior ao valor empenhado, enquanto a execução de despesas com benefícios para pensionistas apresentou uma diferença de aproximadamente 3,38% abaixo do previsto.

Essas variações entre as receitas e despesas efetivamente realizadas refletem o estágio de maturação do plano durante o período analisado. Esse contexto de maturação pode levar a uma divergência média nas estimativas de contribuições futuras e a uma variação percentual mais alta nas despesas executadas, à medida que o RPPS se ajusta às demandas e fluxos financeiros específicos desse estágio de desenvolvimento.

No exercício de 2024, tanto a receita de contribuição patronal quanto a receita de contribuição dos participantes ficaram cerca de 3,40% e 4,88% abaixo das receitas estimadas, respectivamente. No que diz respeito às despesas, os valores efetivamente executados com benefícios para os inativos apresentaram uma redução de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

cerca de 2,39% em relação ao empenhado, enquanto os benefícios para pensionistas registraram uma diferença aproximada de 3,38% abaixo do valor empenhado.

Essas variações entre as receitas e despesas realizadas podem ser atribuídas ao estágio de maturação do plano, observado no período analisado. Esse estágio tende a gerar uma divergência média nas projeções de contribuições futuras, bem como uma variação percentual mais significativa nas despesas executadas, à medida que o plano se ajusta a uma fase de desenvolvimento que ainda requer ajustes entre as estimativas e a execução financeira efetiva.

2.4. OBJETIVOS DOS INVESTIMENTOS

O objetivo de gestão de investimentos varia entre os fundos financeiro, previdenciário, os recursos da taxa de administração e os recursos destinados ao sistema de proteção social dos militares. No caso do fundo financeiro, o foco é obter uma rentabilidade que garanta a manutenção ou ganho nominal dos recursos. Para o fundo previdenciário, o objetivo é alcançar uma rentabilidade compatível com a meta atuarial estabelecida pelo atuário responsável do RPPS, de modo a assegurar o equilíbrio econômico e financeiro entre os ativos e passivos do sistema. Em relação aos recursos da taxa de administração, a gestão busca também uma rentabilidade que permita a manutenção ou ganho nominal dos valores aplicados, assim como ocorre na administração dos recursos do sistema de proteção social dos militares.

2.4.1. META ATUARIAL

Conforme estabelecido pelo atuário responsável, a meta atuarial para o exercício de 2024 será definida em conformidade com a tabela disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência, conforme Portaria MTP nº 3.289, de 23 de agosto de 2023, que altera o artigo 4º no Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022. Essa regulamentação atualiza a taxa de juros parâmetro para as avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A tabela correspondente é apresentada abaixo.

Taxa de Juros Parâmetro



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Pontos de duração do passivo (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.) para Avaliação de Atuarial de 2025	Pontos de duração do passivo (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.) para Avaliação de Atuarial de 2025
1	3,53	18,5	4,97
1,5	3,62	19	4,98
2	3,73	19,5	4,99
2,5	3,84	20	5
3	3,94	20,5	5,01
3,5	4,03	21	5,02
4	4,12	21,5	5,02
4,5	4,19	22	5,03
5	4,26	22,5	5,04
5,5	4,32	23	5,04
6	4,38	23,5	5,05
6,5	4,43	24	5,06
7	4,47	24,5	5,06
7,5	4,52	25	5,07
8	4,56	25,5	5,07
8,5	4,59	26	5,08
9	4,63	26,5	5,08
9,5	4,66	27	5,09
10	4,68	27,5	5,09
10,5	4,71	28	5,1
11	4,74	28,5	5,1
11,5	4,76	29	5,11
12	4,78	29,5	5,11
12,5	4,8	30	5,11
13	4,82	30,5	5,12
13,5	4,84	31	5,12
14	4,86	31,5	5,12
14,5	4,87	32	5,13
15	4,89	32,5	5,13
15,5	4,9	33	5,13
16	4,91	33,5	5,13
16,5	4,93	34	5,21
17	4,94	34,5	5,31
17,5	4,95	35 ou mais	5,47
18	4,96		

Fonte: Ministério da Previdência Social, elaboração própria

Portanto, conforme as informações detalhadas no relatório, a taxa real de juros para a meta atuarial estabelecida para o ano de 2025 será definida da seguinte forma: para o Fundo Previdenciário, a taxa será de 5,05% acrescida da variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor); para o Fundo Financeiro, a taxa será de 4,74% também acrescida do INPC. No caso dos Fundos Administrativo e Militar, a rentabilidade será atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), refletindo uma gestão orientada à liquidez e ao ganho nominal.

2.4.2. META DE RENTABILIDADE (PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS)

No longo prazo, as taxas de juros utilizadas como parâmetro, conforme divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, tendem a diminuir devido à metodologia de cálculo aplicada, que considera a expectativa de uma

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência Sede Administrativa: Rua da Quitanda nº 106, Centro. Rio de Janeiro/RJ – CEP 20091-005 Telefone: (21) 2332-5151 – www.rioprevidencia.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

mudança na estrutura econômica brasileira. Essa mudança busca aproximar a taxa de juros real da taxa de juros neutra, estimada entre 3,5% e 4%. Atualmente, o RPPS adota a prática de seguir essa tabela de parâmetros; no entanto, dado o nível de superávit atuarial atual, é possível que a meta atuarial seja revisada para baixo, ajustando-se à realidade financeira e aos objetivos de sustentabilidade de longo prazo do regime.

O trecho da Portaria nº 1.467/2022 do Ministério do Trabalho e Previdência, especialmente no art. 102, inciso IV, alínea b, estabelece que o RPPS deve alinhar a meta de rentabilidade com o perfil de sua carteira de investimentos. Esse alinhamento deve considerar as estratégias de alocação definidas no inciso II do caput, utilizando cenários macroeconômicos e financeiros, além das projeções de fluxo de caixa a partir das receitas e despesas futuras. Isso significa que a rentabilidade dos ativos do RPPS deve ser tal que permita o atendimento das necessidades de caixa ao longo do tempo, mantendo a solvência e o equilíbrio financeiro do regime.

Os Fundos de Investimento em Participação (FIPs) apresentam uma rentabilidade bastante diversificada, pois seu objetivo principal é reunir um montante de capital para investir, majoritariamente, em empresas fechadas ou sociedades limitadas. O intuito é acompanhar e lucrar com o crescimento desses negócios no longo prazo. A natureza do FIP, com foco em empresas não listadas ou em estágio inicial de desenvolvimento, implica que os retornos gerados por esses fundos sejam frequentemente irregulares e com comportamento anormal. Isso ocorre principalmente devido ao risco de liquidez, dado que os ativos subjacentes nem sempre podem ser facilmente vendidos ou valorizados no mercado, dificultando uma avaliação precisa do retorno médio desse segmento.

Além disso, como alguns FIPs podem ser listados em bolsa, seu desempenho pode refletir tanto o risco do mercado de capitais quanto os riscos específicos das empresas em que investem. O retorno, portanto, pode ser altamente volátil, refletindo as condições econômicas, o setor de atuação das empresas investidas e a habilidade do fundo de selecionar e gerenciar essas participações. Essa volatilidade e risco de liquidez tornam a avaliação de um retorno médio para o mercado de FIPs mais complexa e desafiadora.

Para as futuras alocações de recursos do RPPS, a avaliação da rentabilidade será realizada de forma específica para cada projeto, considerando as oportunidades de investimento que forem apresentadas. O requisito mínimo será a meta de rentabilidade definida pelo RPPS. Quando se trata de investimentos em crédito privado, um dos desafios principais é a complexidade da precificação desses ativos no mercado brasileiro, especialmente devido à falta de liquidez, o que, em alguns casos, resulta em dificuldades para negociação no mercado secundário. Além disso, há uma grande diversidade nos métodos de precificação utilizados pelas instituições financeiras, o que torna ainda mais difícil a avaliação de preços justos. O mercado de crédito no Brasil é amplamente dominado por emissões de cupons flutuantes que são referenciadas na taxa DI, o que pode afetar a previsibilidade de retornos e o alinhamento com as metas do RPPS.

1 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 doa Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda – A Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média corresponde à média de 5 (cinco) anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

2.4.3. ESTRATÉGIA ALOCATIVA

2.4.3.1. FUNDO FINANCEIRO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

O Fundo Financeiro do RPPS, constituído sob o regime financeiro de reparação simples, segue o princípio da solidariedade intergeracional, o que significa que as contribuições dos servidores ativos ajudam a cobrir os benefícios de aposentados e pensionistas. A gestão deste fundo é orientada para garantir que haja compatibilidade com sua natureza de fluxo de caixa e a necessidade de cobertura das obrigações, especialmente em momentos de insuficiência de recursos. Para isso, o volume financeiro do fundo é alocado em produtos financeiros de curto prazo, com o objetivo de minimizar riscos e evitar perdas nominais. A rentabilidade dos investimentos do fundo é medida com base na taxa de juros interbancária de um dia, a taxa de referência no mercado financeiro de curto prazo, garantindo, assim, um alinhamento com a necessidade de liquidez e estabilidade financeira.

2.4.3.1.1. FUNDO ADMINISTRATIVO

A gestão da carteira do Fundo da Taxa de Administração é orientada para garantir que os recursos gerados sejam suficientes para cobrir as despesas administrativas do RPPS ao longo do tempo. Dessa forma, a alocação de ativos busca equilibrar a rentabilidade com a necessidade de liquidez, assegurando que o fundo seja capaz de sustentar as operações administrativas sem comprometer sua saúde financeira. A estratégia de investimento visa garantir que o fundo consiga gerar reservas de maneira constante, alinhando-se aos custos administrativos que o RPPS incorrerá, mantendo sempre o foco na eficiência e na sustentabilidade financeira no longo prazo.

* O Rioprevidência é responsável pela gestão do Fundo Administrativo, financiado por uma taxa de administração de 2,00% sobre a folha de ativos e benefícios concedidos. Esses recursos são utilizados para cobrir as despesas operacionais da Autarquia ou para constituir reservas. A gestão do fundo segue diretrizes rigorosas, com os investimentos restritos a instituições financeiras públicas e a títulos emitidos por instituições financeiras previamente selecionadas, observando os critérios estabelecidos no Plano Anual de Investimentos.

2.4.3.1.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

A carteira do Fundo Previdenciário é gerida com o objetivo de garantir que as despesas previdenciárias estejam alinhadas às receitas ao longo do tempo, promovendo a sustentabilidade financeira do regime. Esse equilíbrio é alcançado por meio de uma gestão estratégica dos investimentos, considerando a previsão de fluxo de caixa e a projeção de receitas e despesas do RPPS. A estratégia de alocação de ativos visa otimizar o retorno dos investimentos, respeitando a necessidade de manter a capacidade de honrar os compromissos previdenciários à medida que surgem, sem comprometer a segurança e a estabilidade financeira do fundo.

2.4.3.1.3. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO GLOBAL

A estratégia de alocação global do Rioprevidência integra as diretrizes dos Fundos Financeiro, Administrativo e Previdenciário em um modelo coeso que assegura liquidez, rentabilidade e sustentabilidade. Para o Fundo Financeiro, prioriza-se liquidez com aplicações em curto prazo para cobertura imediata de obrigações. O Fundo Administrativo foca na geração de recursos suficientes para despesas operacionais, com investimentos equilibrados entre risco e retorno. Já o Fundo Previdenciário adota uma visão de longo prazo, maximizando retornos com segurança para honrar compromissos futuros.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Essa abordagem diversificada segue rigorosos critérios de governança e compliance, respeitando as normas do CMN, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras regulamentações aplicáveis aos investimentos de RPPS. Monitoramento constante e ajustes dinâmicos garantem alinhamento com os cenários econômicos, promovendo sinergia entre os fundos e a sustentabilidade do regime previdenciário.

Enquadramento Resolução 4.963/2021	Segmento	Limite Global CMN 4.963/2021	Alocação Vigente Rioprevidência	Alocação Estratégica 2024	Alocação Estratégica 2025
7° I a	Títulos Públicos de emissão do TN	100%	49,72%	100%	100%
7° I b	Fundos Renda fixa 100% TP/ETF	100%	4,63%	100%	100%
7° I c	Fundos Renda Fixa "Livre"	100%	0,00%	100%	100%
7° II	Operações compromissadas com lastro em TPF	5%	0,00%	5%	5%
7° III a	Renda fixa conforme CVM	60%	26,32%	60%	60%
7° III b	ETF RF CVM	60%	0,00%	60%	60%
7° IV	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras	20%	13,76%	20%	14%
7° V a	FIDC Sênior	5%	0,56%	5%	5%
7° V b	Renda Fixa Crédito Privado	5%	2,82%	5%	5%
7° V c	Debentures Incentivadas	5%	0,00%	5%	5%
8° I	Fundo de Ações CVM	30%	1,53%	30%	30%
8° II	ETF RV CVM	30%	0,00%	30%	30%
9° I	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	10%	0,00%	10%	10%
9° II	FIC Aberto - Investimento no Exterior	10%	0,00%	10%	10%
9° III	Fundo de Ações - BDR Nível I	10%	0,00%	10%	10%
10° I	Fundos Multimercados	10%	0,00%	0%	0%
10° II	FI em Participações	5%	0,00%	5%	5%
10° III	FI Ações - Mercado de Acesso	5%	0,00%	5%	5%
11°	FI Imobiliários	5%	0,65%	5%	5%
12°	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	5%	0,00%	5%	5%



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

2.5. ANÁLISE E GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A Gerência de Operações e Investimentos do Rioprevidência adota uma abordagem criteriosa e técnica para a análise e gestão de riscos em seus investimentos, garantindo a segurança, liquidez e rentabilidade dos recursos previdenciários. Essa gestão é realizada em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.963/2021, visando a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro.

As medidas implementadas incluem o monitoramento contínuo dos riscos de mercado, crédito, liquidez e operacionais, utilizando sistemas avançados de gestão para consolidar informações e gerar relatórios periódicos.

A alocação de ativos é projetada com base em cenários econômicos detalhados, elaborados a partir de análises macroeconômicas e projeções de indicadores financeiros.

Para mitigar riscos de mercado, são realizadas simulações de estresse financeiro e análises de sensibilidade, avaliando o comportamento da carteira sob condições adversas, como flutuações nas taxas de juros e variações cambiais. Estratégias de diversificação são aplicadas rigorosamente, com alocações em ativos de diferentes classes, setores e emissores, reduzindo a exposição a eventos isolados.

No âmbito dos riscos de crédito, a Gerência de Operações e Investimentos realiza uma seleção rigorosa das contrapartes, priorizando instituições financeiras com alta solidez patrimonial e ratings de crédito favoráveis. Além disso, os investimentos estão restritos a ativos permitidos e regulamentados pela legislação vigente, assegurando conformidade com as normativas aplicáveis.

Com relação à liquidez, os recursos são alocados de forma a garantir que obrigações imediatas sejam plenamente atendidas, mantendo um horizonte de vencimento alinhado ao fluxo de caixa projetado. O acompanhamento diário da liquidez da carteira permite ajustes rápidos e precisos, evitando perdas em situações de mercado volátil.

Adicionalmente, o Comitê de Investimentos, como órgão consultivo, revisa regularmente as estratégias de alocação e avalia os resultados obtidos em comparação aos objetivos estabelecidos no Plano Anual de Investimentos. Essa estrutura de governança assegura que as decisões sejam tomadas de forma colegiada, técnica e transparente.

Essas práticas reforçam o compromisso do Rioprevidência com a gestão responsável e eficiente dos recursos previdenciários, promovendo a sustentabilidade do regime e o cumprimento de suas obrigações ao longo do tempo.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

3. ESCOLHA DOS PARCEIROS

O processo de credenciamento realizado pelo Rioprev segue as diretrizes estabelecidas tanto na legislação estadual quanto federal, com foco na seleção criteriosa de instituições financeiras e fundos de investimento para a gestão dos recursos do RPPS. A Lei Estadual nº 3.189/1999, que organiza o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RPPS/RJ), orienta a administração dos recursos do fundo previdenciário, estabelecendo que o credenciamento de instituições deve observar critérios rigorosos de avaliação, visando a adequação e a segurança das aplicações.

Além disso, o Decreto nº 47.844/2021, que trata da governança do RPPS, reforça as diretrizes para a seleção e acompanhamento das instituições responsáveis pela gestão dos fundos, exigindo que o processo de credenciamento leve em consideração a experiência da instituição, o volume de recursos sob gestão, sua solidez patrimonial, a exposição reputacional e o cumprimento dos padrões éticos e de conduta. Tais requisitos visam assegurar que as instituições credenciadas possuam a competência necessária para gerir os recursos do RPPS com segurança e transparência.

A Portaria nº 508/2023 do RIOPREV também detalha as condições e exigências para o credenciamento das instituições e fundos de investimentos. A normativa estabelece um conjunto de critérios para garantir a conformidade com as políticas de investimento do RPPS, incluindo a seleção periódica e a avaliação constante das instituições que gerenciam os recursos previdenciários.

O processo de credenciamento no Rioprev é, portanto, conduzido de acordo com as melhores práticas de governança e gestão de recursos, alinhado com a legislação vigente e com as necessidades específicas do regime previdenciário, garantindo que as aplicações financeiras sejam feitas de maneira segura, eficiente e em conformidade com os objetivos de longo prazo do RPPS. O Manual de Credenciamento de Instituições e Fundos, disponível no portal do Rioprev, detalha ainda mais o procedimento e os requisitos necessários para as instituições interessadas.

4. METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS

As aplicações financeiras do Rioprev são feitas, até o momento, em fundos de investimento e em títulos públicos.

4.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Os Fundos de Investimentos no Brasil são regidos por uma série de normativos e regulamentações que garantem a transparência e a boa governança na gestão dos recursos. Abaixo estão os principais regulamentos que tratam especificamente dos fundos de investimentos, especialmente no que diz respeito à precificação de ativos e à gestão do valor das cotas:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Instrução CVM nº 577/2016 – Esta instrução regula o Plano Contábil dos Fundos de Investimento (COFI), estabelecendo os princípios contábeis e as práticas que devem ser seguidas pelos administradores de fundos na avaliação dos ativos e no cálculo da rentabilidade. De acordo com esta norma, os ativos da carteira dos fundos de investimento devem ser preferencialmente registrados pelo valor justo, sendo que a melhor evidência do valor justo é o preço de transação. A metodologia de apuração do valor justo deve ser definida pelo administrador, com base em critérios consistentes e passíveis de verificação.

Instrução CVM nº 555/2014 – Regula a constituição, administração, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento. Este regulamento detalha as regras para a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento, incluindo as normas para a precificação dos ativos que os compõem. A Instrução também especifica as obrigações de transparência para os administradores de fundos, garantindo que as informações sobre a gestão do fundo sejam claras e acessíveis para os investidores.

Código de Autorregulação ANBIMA para Fundos de Investimento – A ANBIMA, enquanto entidade de autorregulação, estabelece o código que deve ser seguido pelos fundos de investimento no Brasil. Este código inclui diretrizes sobre a governança, a administração e a precificação dos ativos dos fundos, com o objetivo de assegurar que os fundos operem de forma ética e eficiente.

A responsabilidade pela precificação e cálculo do valor da cota é do administrador do Fundo de Investimento. O valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do fundo. Para cálculo do patrimônio, o administrador precifica todos os ativos do fundo no fechamento do dia. Segundo a Instrução CVM nº 577/2016, os ativos integrantes da carteira dos fundos de investimento devem ser preferencialmente registrados pelo valor justo e descreve que a melhor evidência do valor justo é o preço de transação. Afirma, também, que a metodologia de apuração do valor justo é de responsabilidade do administrador e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação.

4.2. TÍTULOS PÚBLICOS

Os títulos adquiridos para serem mantidos até o vencimento, serão apreçados e contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos. Enquanto os mantidos para negociação devem ser apreçados a valor de mercado no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro de forma a refletir o seu valor real, conforme PORTARIA Nº 577, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, do Ministério da Fazenda.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Características Gerais dos Títulos Públicos Federais

Título	Índice	Cupom de Juros	Vencimento mais Longo	Tipo	Valor de Face no Vencimento
LTN (Letra do Tesouro Nacional)	-	-	Aprox. 24 meses	Prefixado	R\$ 1.000,00
NTN-F (Nota do Tesouro Nacional - Série F)	-	10% a.a pago semestralmente	Aprox. 10 anos		
NTN-B (Nota do Tesouro Nacional - Serie B)	IPCA (Índice de Preços) pago semestralmente Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)	6% a.a pago semestralmente	Aprox. 40 anos	Indexado a inflação	-
NTN-C (Nota do Tesouro Nacional - Série C)	IGP-M (Índice de Preços) Fonte: FGV (www.fgv.br)	6 ou 12% a.a pago semestralmente	Aprox. 25 anos		-
LTT (Letra Financeira do Tesouro)	Selic (Taxa de Juros) Fonte: Banco Central (www.bcb.gov.br)	-	Aprox. 5 anos	Flutuante	-



Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Fazenda
 Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Fórmulas Utilizadas para o Cálculo de Preço e Cotação dos Títulos Públicos Federais

Título	Preço	Valor Nominal (VNA)	Vencimento mais Longo
LTN (Letra do Tesouro Nacional)	$Preço = \frac{1.000}{(1 + TAXA)^{(DU/252)}}$	-	-
NTN-F (Nota do Tesouro Nacional - Série F)	$PREÇO = 1.000 \times \left[\frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DU/1}{252}}} \right] + 1.000 \times \left[\frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DU/2}{252}}} \right] + \dots + 1.000 \times \left[\frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DU/n}{252}}} \right] + 1.000 \times \left[\frac{1}{(1 + TIR)^{\frac{DU/n}{252}}} \right]$	-	-
NTN-B (Nota do Tesouro Nacional - Série B)	Cotação (%) * VNA	Fator de atualização do IPCA entre a data base (01/07/2000) e a data da liquidação do negócio.	$PREÇO = 1.000 \times \left[\frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DU/1}{252}}} \right] + 1.000 \times \left[\frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DU/2}{252}}} \right] + \dots + 1.000 \times \left[\frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{DU/n}{252}}} \right] + 1.000 \times \left[\frac{1}{(1 + TIR)^{\frac{DU/n}{252}}} \right]$
NTN-C (Nota do Tesouro Nacional - Série C)	Cotação (%) * VNA	Fator de atualização do IGP-M entre a data base (01/07/2000) e a data da liquidação do negócio.	
LTT (Letra Financeira do Tesouro)	Cotação (%) * VNA	Fator de atualização do Selic entre a data base (01/07/2000) e a data da liquidação do negócio.	$Preço = \frac{1.000}{(1 + TAXA)^{(DU/252)}}$

Cotação -> valor presente do fluxo de caixa descontado dos cupons remanescentes e do principal.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

5. CARTEIRA DE IMÓVEIS

Em 2024, o mercado imobiliário brasileiro apresentou um desempenho notável, refletindo crescimento tanto em lançamentos quanto em vendas de imóveis. |No Brasil, no acumulado de 2024, foram lançadas 383.483 unidades habitacionais, representando um aumento de 18,6% em relação a 2023. As vendas totais atingiram 400.547 unidades no ano, um crescimento de 20,9% comparado ao ano anterior. Na cidade do Rio de Janeiro, localidade em que se encontra a maior parte da carteira imobiliária do Rioprevidência, foi registrado 23.513 unidades lançadas em 2024, totalizando aproximadamente R\$ 15 bilhões em valor e até setembro de 2024, o mercado imobiliário carioca movimentou R\$ 28,8 bilhões, um aumento de 15,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Bairros como Barra da Tijuca e Leblon foram destaques. O primeiro liderou o mercado imobiliário carioca em volume de transações, com R\$ 5,1 bilhões movimentados de janeiro a setembro de 2024, e o segundo, manteve-se como o bairro mais valorizado, com o metro quadrado atingindo R\$ 23.652 em média, refletindo um aumento de 5,4% nos últimos 12 meses. Enquanto o aluguel comercial apresentou uma rentabilidade média de 5,65% ao ano, o aluguel residencial apresentou uma rentabilidade média de 5,75% ao ano no mesmo período.

A carteira imobiliária do Rioprevidência gerou, em 2024, uma receita de R\$ 6.356.291,14, para um ativo avaliado em R\$ 306.191.781,19. Uma rentabilidade muito abaixo a que o mercado apresentou. Diversos fatores explicam tal desempenho, volume de invasões, nível de inadimplência, quantidade de imóveis vazios e ausência de alienações.

É de entendimento da Diretoria de Investimento de que seja possível que a unidade gestora, atualmente, com sua vocação, estrutura e cultura organizacionais, não propicie a gestão mais eficiente desse patrimônio, podendo, assim, eventual permanência de domínio de imóvel ou de direito real sobre ele representar um desnecessário incremento dos riscos operacionais e financeiros já inerentes às operações regulares do sistema, sendo, dessa forma, preferível, como regra, que tivesse sido vinculado à este Regime de Previdência apenas o produto da exploração econômica dos bens, ou seja, seus fluxos líquidos de receitas, dispensando-se o RPPS de ônus e encargos relativos à administração da propriedade do bem ou de seu gerenciamento econômico. Uma das estruturas possíveis a uma boa administração imobiliária seria a criação de um Fundo Imobiliário, contudo seria necessário que o RPPS fosse qualificado como investidor qualificado. A Portaria MTP nº 1.467/2022 desempenha um papel significativo nesse processo. No referido dispositivo regulatório, em seu art. 138, são estabelecidos os critérios pelos quais um RPPS pode ser considerado investidor profissional. Destaca-se que foram definidos dois critérios distintos, visando abranger tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos para a determinação desse status. Entre esses critérios consta a exigência de certificação institucional no nível IV no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS, conhecido como Pró-Gestão RPPS. Essa certificação atesta a aderência do RPPS a padrões de gestão previdenciária estabelecidos pelo órgão regulador competente, demonstrando, entre outros aspectos, sua capacidade técnica e operacional para lidar com investimentos mais complexos e diversificados. O Rioprevidencia não possui este nível de certificação.

Neste sentido a Diretoria de Investimento implementará um processo de desinvestimento da carteira imobiliária, sendo iniciado por imóveis localizados na região do Centro e Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e Centro da Cidade Niterói.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

6. ANEXOS

ANEXO I – MATRIZ DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

MATRIZ DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES											
RESPONSÁVEIS		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Órgãos e Agentes		Política Anual de Investimentos			Credenciamento		Aplicação		Controle		PROCESSOS
Mandato											
		PAI	PAI								
Conselho Deliberativo (CONAD)	Atrib. Resp.	Apreciar PAI Aprovação	Apreciar PAI Aprovação								
Conselho Fiscal (CONFIS)	Atrib. Resp.	Apreciar PAI Aprovação	Apreciar PAI Aprovação								
Diretoria Executiva (DIREX)	Atrib. Resp.	Apreciar PAI Ratificação	Apreciar PAI Ciência	INSTITUIÇÕES Apreciar Ratificação	FUNDOS/IF Apreciar Ciência					Avaliação	
Comitê de Investimentos (COMI)	Atrib. Resp.	Elaborar PAI Proposição	Apreciar PAI Aprovação	Deliberar Aprovação	Deliberar Aprovação	RTGR / RSC Apreciar Aprovação		PCA NP			
Gestor de Recursos (GESTOR)	Atrib. Resp.	Colaborar PAI Proposição	Formular RAI Autorização	Apreciar Autorização	Apreciar Autorização	APR Apreciar Autorização	APR Apreciar Autorização	Apreciar Autorização		Decisão	
Gerência de Operações e Investimentos (GEROI)	Atrib. Resp.	Colaborar PAI Proposição	Elaborar RAI NP	Analisar Proposição	Analisar Proposição	Propor Operação	Consolidar Preenchimento	Elaborar NP		Gerenciamento Análise	
Assessoria de Conformidade e Risco (ACR)	Atrib. Resp.	NP	NP	NP	NP	Verificar APR Aprovação	NP	Verificar Dar ciência		Controle	
Gerência de Controle Interno e Auditoria (GERCIA)	Atrib. Resp.	NP	NP	NP	NP	Verificar APR Aprovação	NP	Verificar Dar ciência			
Tribunal de Contas do Estado (TCE)	Atrib. Resp.	NP	NP	NP	NP	NP	Auditar DAIR Aprovação	NP			
Assessor de Investimentos (AIN)	Atrib. Resp.	Apreciar PAI Ciência	Elaborar RAI NP	Apreciar PAI Ciência	Apreciar PAI Ciência	NP	NP	NP		Assessoramento	
Credenciados / Prestadores de Serviços	Atrib. Resp.	Elaborar ALM Relatório	NP	Informar	Informar	NP	NP	NP			

NP: Não Participa; Atribuição: Obrigação, prerrogativa, função; Responsabilidade: Obrigação de responder por atos próprios ou terceiros; PAI: Plano Anual de Investimentos; RAI: Relatório Anual de Investimentos; IF: Instituições Financeiras emissoras de Letra Financeira; APR: Autorização de Aplicação e Resgate; DAIR: Demonstrativo de Aplicações e Investimentos de Recursos; RTGR: Relatório Trimestral de Gestão e Risco; RSC: Relatório Semestral de Conformidade; PCA: Prestação de Contas Anual



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

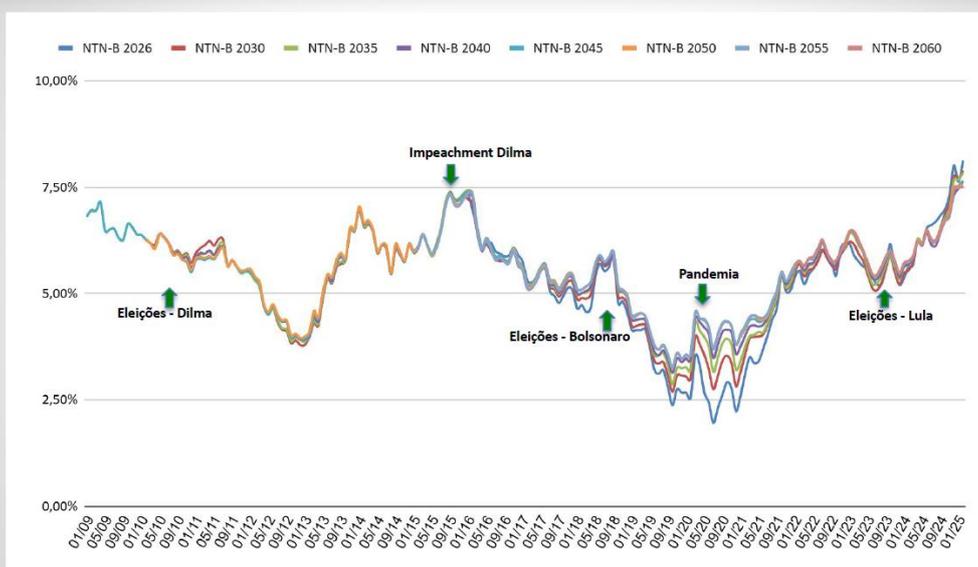
ANEXO I – ESTUDO DE ALM





Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Fazenda
 Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

TAXAS INDICATIVA DAS NTN-Bs: 01/2009 a 02/2025



MERCADO de NTN-Bs: 21/03/2025 (Taxa Real P.I. = 5,05% a.a.)



Data de Vencimento	Tx. Compra	Tx. Venda	Tx. Indicativas	PU	Intervalo Indicativo			
					Mínimo (D0)	Máximo (D0)	Mínimo (D+1)	Máximo (D+1)
15/05/2025	7,4194	7,3537	7,3578	4.552,94	6,3781	8,0820	6,3236	8,0404
15/08/2026	8,9741	8,9401	8,9585	4.328,27	8,6128	9,1961	8,6476	9,2308
15/05/2027	8,1108	8,0737	8,0928	4.388,36	7,6894	8,3410	7,7523	8,4036
15/08/2028	7,9203	7,8887	7,9049	4.255,70	7,4899	8,1247	7,5637	8,1990
15/05/2029	7,8634	7,8278	7,8476	4.289,66	7,4605	8,0241	7,5255	8,0895
15/08/2030	7,8302	7,7941	7,8185	4.161,08	7,4943	8,0228	7,5292	8,0579
15/08/2032	7,8121	7,7735	7,7876	4.072,40	7,5364	8,0081	7,5439	8,0158
15/05/2033	7,7159	7,6818	7,6950	4.130,60	7,4815	7,9337	7,4653	7,9176
15/05/2035	7,6462	7,6130	7,6250	4.080,08	7,4504	7,8584	7,4252	7,8334
15/08/2040	7,5222	7,4832	7,5003	3.916,68	7,3765	7,7190	7,3459	7,6885
15/05/2045	7,5045	7,4713	7,4850	3.908,21	7,3749	7,7018	7,3386	7,6657
15/08/2050	7,4160	7,3774	7,3967	3.816,90	7,2875	7,6033	7,2569	7,5730
15/05/2055	7,3942	7,3555	7,3729	3.856,34	7,2583	7,5704	7,2345	7,5469
15/08/2060	7,4144	7,3782	7,4000	3.747,35	7,2774	7,5873	7,2623	7,5727

(www.anbima.com.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

BOLETIM FOCUS: 21/03/2025



BOLETIM FOCUS - BANCO CENTRAL			
INDICADORES DE MERCADO	2025	2026	2027
IPCA	5,65	4,50	4,00
IGP-M	5,53	4,52	4,00
CÂMBIO(US\$/R\$)	5,95	6,00	5,90
SELIC	15,00	12,5	10,50
PIB	1,98	1,60	1,99

CENÁRIO PROJETADO SPREAD SOBRE A SELIC



CLASSE DE ATIVOS	2025	2026	2027	2028	MÉDIA LONGO PRAZO	VOL
CDI/SELIC	15,00%	12,50%	10,50%	10,50%	12,00%	0,01%
INFLAÇÃO (IMA-B)	15,91%	13,35%	12,33%	12,33%	13,25%	7,24%
CRÉDITO PRIVADO (IDA-GERAL)	14,32%	11,80%	10,79%	10,79%	11,70%	1,87%
RENDA VARIÁVEL	20,01%	19,86%	19,31%	19,31%	19,56%	23,65%
ESTRUTURADO	15,32%	12,78%	11,76%	11,76%	12,67%	4,88%
EXTERIOR	22,33%	19,64%	18,56%	18,56%	19,53%	16,72%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS (IFIX)	13,52%	11,02%	10,02%	10,02%	10,92%	7,88%
IPCA/INPC	5,65%	4,50%	4,00%	4,00%	5,00%	---



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022

PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022



Art. 141. A unidade gestora do RPPS, **em caso de negociações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional**, deverá observar os parâmetros vistos no Anexo VIII, da Portaria MTP nº 1.467/22.

Art. 142. É vedada, nos termos de resolução do CMN, a aplicação dos recursos financeiros acumulados pelo RPPS em títulos:

- I - que não sejam emitidos pelo Tesouro Nacional;
- II - que não estejam registrados no SELIC; e
- III - emitidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022



Art. 143. Deverão ser observados os princípios e normas de contabilidade aplicáveis ao setor público para o registro dos valores da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base metodologias, critérios e fontes de referência para precificação dos ativos, estabelecidos na política de investimentos, as normas da CVM e do Banco Central do Brasil e os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro.

Art. 144. Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS devem ser registrados inicialmente pelo custo de aquisição, formado pelo valor efetivamente pago, além de corretagens e emolumentos.

PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022



Art. 145. Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS poderão ser classificados nas seguintes categorias, conforme critérios vistos no Anexo VIII, da Portaria 1.467/22:

- I - disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou
- II - mantidos até o vencimento.

Art. 146. Poderá ser realizada a reclassificação dos ativos da categoria de mantidos até o vencimento para a categoria de ativos disponíveis para negociação, ou vice-versa, na forma Vista no Anexo VIII.



PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022, ANEXO VIII



Art. 2º. A unidade gestora do RPPS, em caso de negociações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, deverá comprovar:

.....

I - a consulta às informações divulgadas por entidades representativas de participantes do mercado financeiro e de capitais reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, e a sua utilização como referência nas negociações (**ANBIMA**), bem como, ao volume, preços, e taxas das operações registradas no **SELIC**, antes do efetivo fechamento da operação;

PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022, ANEXO VIII



Art. 2º(Continuação):

II - a utilização de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM ou que as aquisições foram efetuadas em ofertas públicas do Tesouro Nacional, por intermédio das instituições regularmente habilitadas;

III - o registro do valor e do volume dos títulos efetivamente negociados; e



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022, ANEXO VIII



Art. 2º(Continuação):

IV - que os títulos estão sob a titularidade do RPPS, com base nas informações de sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira, sejam depositados perante depositário central (SELIC).

Parágrafo único. Além de consulta às taxas e preços na forma do inciso I do caput, no dia das negociações, deverão ser verificados os registros no SELIC das operações do dia anterior, conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil ou pelas entidades representativas de participantes do mercado financeiro e de capitais.

PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022, ANEXO VIII



Art. 3º. A plataforma eletrônica de negociação deverá garantir que o preço e taxa a ser negociado na aquisição ou venda do título decorra de condições normais de mercado, impossibilitando a criação de condições artificiais de oferta ou de demanda e a adoção de práticas não equitativas pelos participantes.

Art. 4º. Para comprovação de operações realizadas em ofertas públicas do Tesouro Nacional, a unidade gestora deverá arquivar os documentos de comunicação com a instituição que participou do leilão.



PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022, ANEXO VIII



Art. 5º. Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS **poderão ser classificados nas seguintes categorias**, conforme critérios estabelecidos no referido Anexo VIII:

I - disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou

II - **mantidos até o vencimento.**

PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022, ANEXO VIII



Art. 7º. **Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento** deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, **devendo ser atendidos os seguintes parâmetros:**

I - demonstração da capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento (**ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALM - PASSIVO**);

II - demonstração, de forma inequívoca, pela unidade gestora, da intenção de mantê-los até o vencimento (**DECLARAÇÃO FORMAL**);



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

PORTARIA MTP nº 1.467, 02/06/2022, ANEXO VIII



Art. 7º.(Continuação):

III - compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS (**ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALM - ATIVO**);

IV - classificação contábil e controle separados dos ativos disponíveis para negociação; e

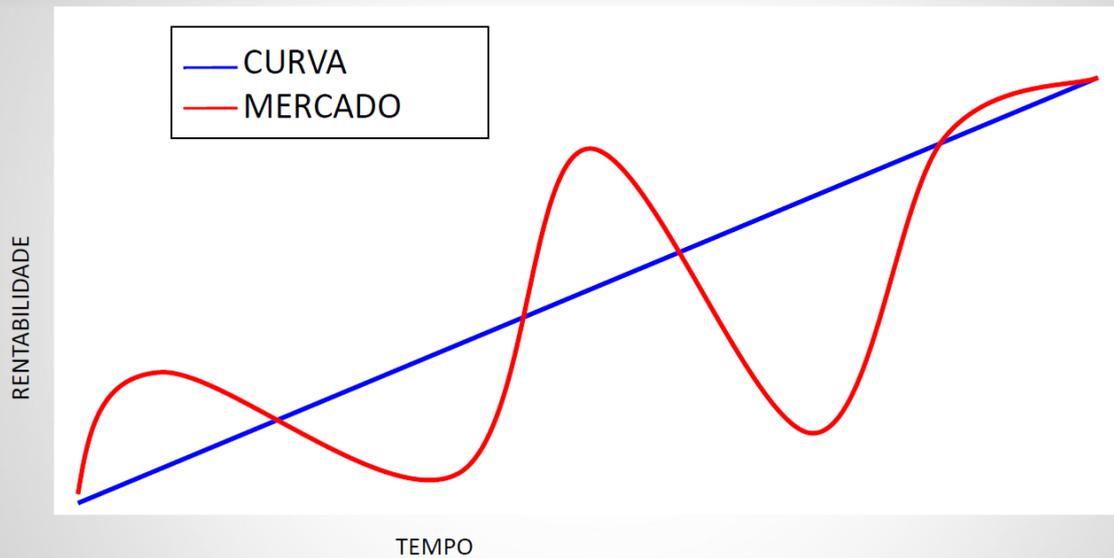
V - obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ao impacto nos resultados atuariais e aos requisitos e procedimentos contábeis, na hipótese de alteração da forma de precificação dos ativos.

**MARCAÇÃO
A MERCADO
(MtM)**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

MARCAÇÃO NA CURVA X MARCAÇÃO A MERCADO



**ASSET LIABILITY
MANAGEMENT (ALM)**



GESTÃO INTEGRADA DE ATIVOS E PASSIVOS: ALM



GESTÃO INTEGRADA DE ATIVOS E PASSIVOS: ALM

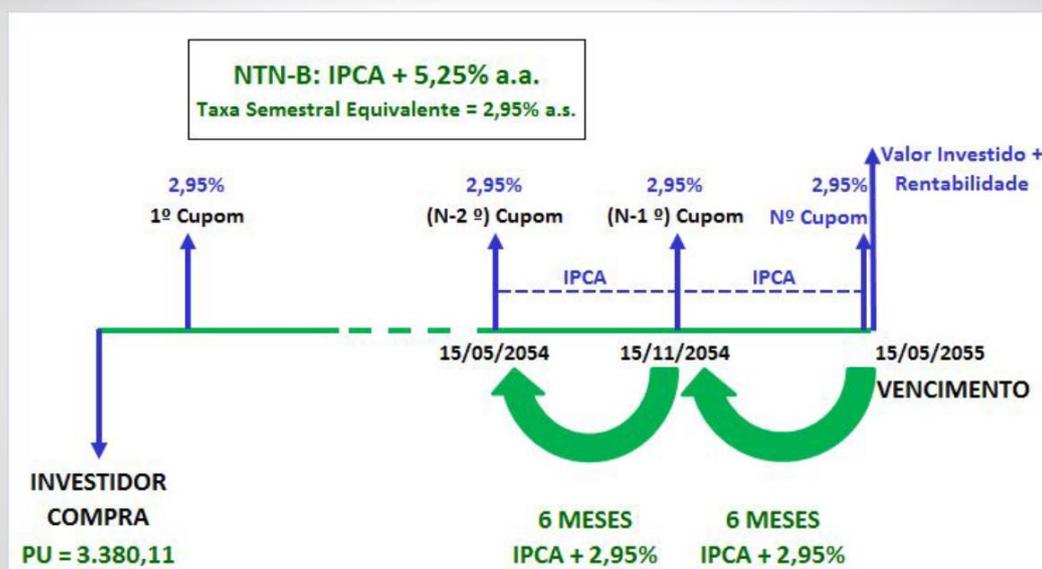


ATIVO	TÍTULO PÚBLICO(NTN-B)	IPCA + CUPOM % a.a.
—	X	—
PASSIVO	META ATUARIAL	IPCA + 5,04% a.a.
"HEDGE NATURAL"		0 + "GORDURA" % a.a.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

TÍTULOS PÚBLICOS: NTN-B: IPCA + 6% a.a.



TÍTULOS PÚBLICOS: NTN-B



* Quando a taxa negociada pelo mercado está **abaixo** dos 6% (que é a taxa definida pelo Tesouro Nacional para as NTN-Bs), o título está sendo negociado com **Ágio**, ou seja, está **mais caro** e, conseqüentemente, adquire-se uma **quantidade menor de títulos**, uma vez que o fluxo dos cupons vai ser descontado (trazido a valor presente) a uma **taxa menor!**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

TÍTULOS PÚBLICOS: NTN-B



* Quando a taxa negociada pelo mercado está **acima** dos 6% (que é a taxa definida pelo Tesouro Nacional para as NTN-Bs), o título está sendo negociado com **Deságio**, ou seja, está **mais barato** e, conseqüentemente, adquire-se uma **quantidade maior de títulos**, uma vez que o fluxo dos cupons vai ser descontado (trazido a valor presente) a uma **taxa maior!**

GESTÃO INTEGRADA DE ATIVOS E PASSIVOS: ALM



A Gestão de **Ativos** e **Passivos** permitirá avaliar as projeções dos riscos atuariais e financeiros.

E como tudo isso é analisado?

Passivo

- * Mensuração da necessidade de caixa;
- * Projeção das reservas matemáticas.

Ativo

- * Controle de liquidez;
- * Acompanhamento da solvência;
- * Projeções de retorno da carteira.





ALM: ESTRUTURA



Cenários dos Benchmarks

Obtenção de retornos e volatilidades

Projeção do Passivo

Valor anual de fluxo de caixa

Otimização do Ativo

Otimização da carteira
Mitigação de risco de liquidez
Mitigação de risco de solvência
Ponto ótimo entre Risco e Retorno

MATRIZ DE COVARIÂNCIA: DIVERSIFICAÇÃO



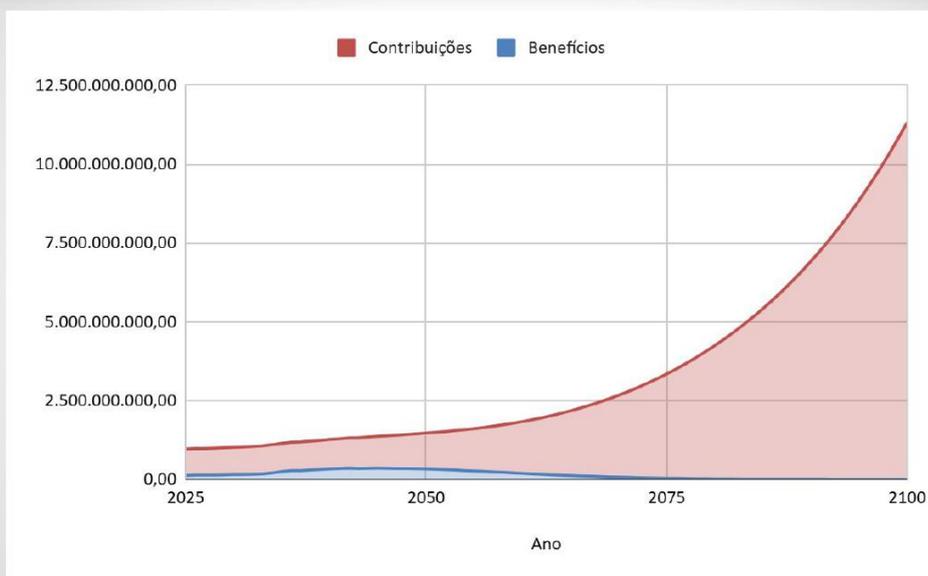
MATRIZ DE COVARIÂNCIA

	SELIC	IRF-M	IMA-B	SP500	MSCI AC	IFIX	SMLL
SELIC	0,00784%	0,01063%	0,00618%	0,00121%	0,00024%	0,01184%	0,01192%
IRF-M	0,01063%	0,04656%	0,06537%	0,01174%	-0,05027%	0,06191%	0,12186%
IMA-B	0,00618%	0,06537%	0,15140%	0,05303%	-0,08441%	0,11977%	0,27907%
SP500	0,00121%	0,01174%	0,05303%	0,60533%	0,34017%	0,13172%	0,51942%
MSCI AC	0,00024%	-0,05027%	-0,08441%	0,34017%	0,68188%	-0,03244%	-0,02345%
IFIX	0,01184%	0,06191%	0,11977%	0,13172%	-0,03244%	0,34554%	0,47380%
SMLL	0,01192%	0,12186%	0,27907%	0,51942%	-0,02345%	0,47380%	1,63261%



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

EVOLUÇÃO DO PASSIVO - FLUXO ATUARIAL



CARTEIRA ÓTIMA - ALM



CARTEIRA ÓTIMA		
Indexador	Porcentagem	Valor R\$
IPCA (NTN-B)	54,31%	2.432.883.181,61
IPCA (Letras Financeiras)	18,95%	848.738.061,80
IMA-B	0,001%	25.297,56
CDI/SELIC	12,21%	547.322.976,96
IBOVESPA	3,00%	134.396.392,24
MSCI	3,50%	156.719.090,73
S&P 500	2,55%	114.221.598,26
IPCA	4,37%	195.573.142,29
IFIX	1,12%	50.000.000,00
Total	100%	4.479.879.741,45



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

RENDA FIXA (NTN-Bs) - 31/12/2024: R\$ 3.022.525.769,87 (67,47%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor(R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença R\$	Diferença %
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150830 (5,595000%)	IPCA	114.387.210,10	2,55	114.387.210,10	2,55	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150830 (5,711000%)		113.794.131,37	2,54	113.794.131,37	2,54	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150535 (5,707000%)		113.246.674,07	2,53	113.246.674,07	2,53	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150535 (5,759000%)		112.811.844,70	2,52	112.811.844,70	2,52	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150840 (5,625000%)		116.619.151,37	2,60	116.619.151,37	2,60	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150840 (5,781000%)		114.873.144,25	2,56	114.873.144,25	2,56	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150545 (5,790000%)		113.640.926,67	2,54	113.640.926,67	2,54	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150545 (5,801000%)		113.498.579,00	2,53	113.498.579,00	2,53	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150850 (MERCADO)		871.415.157,19	19,45	0	0,00	-871.415.157,19	-19,45
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150850 (5,714000%)		116.735.069,32	2,61	116.735.069,32	2,61	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150850 (5,751000%)		116.190.353,70	2,59	116.190.353,70	2,59	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150850 (5,869000%)		114.479.001,32	2,56	114.479.001,32	2,56	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150850 (5,892000%)		114.150.000,55	2,55	114.150.000,55	2,55	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150850 (6,710000%)		16.584.059,52	0,37	16.584.059,52	0,37	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150555 (5,439000%)		9.599.347,84	0,21	9.599.347,84	0,21	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150555 (5,725000%)		46.121.347,04	1,03	46.121.347,04	1,03	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150555 (5,801000%)		68.463.482,86	1,53	68.463.482,86	1,53	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150860 (MERCADO)		524.605.784,53	11,71	0	0,00	-524.605.784,53	-11,71
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150860 (CURVA)		0,00	0,00	806.378.353,46	18,00	806.378.353,46	18,00
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 150860 (6,088000%)		111.310.504,47	2,48	111.310.504,47	2,48	0,00	0,00
Total			3.022.525.769,87	67,47	2.432.883.181,61	54,31	-589.642.588,26	-13,16

RENDA FIXA (NTN-Bs) - 31/12/2024: R\$ 3.022.525.769,87 (67,47%)



*** DIMINUIR A ALOCAÇÃO EM TÍTULOS PÚBLICOS DO ARTIGO 7º I, ALÍNEA "A" EM UM TOTAL DE R\$ 589.642.588,26 (13,16%);**

*** REALIZAR VENDA DAS NTN-Bs (VENC.: 2050 E 2060) COM PRECIFICAÇÃO A MERCADO**

*** AUMENTAR ALOCAÇÃO EM NTN-B VENC.: 2060 COM PRECIFICAÇÃO NA CURVA EM R\$ 806.378.353,46 (18,00%).**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

RENDA FIXA (TÍTULOS PRIVADOS) - 31/12/2024: R\$ 848.738.061,80 (18,95%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor(R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença R\$	Diferença %
Artigo 7º IV	LETRA FINANCEIRA MASTER 8,0%	IPCA	227.504.524,00	5,08	227.504.524,00	5,08	0,00	0,00
Artigo 7º IV	LETRA FINANCEIRA MASTER 8,04%		74.765.360,08	1,67	74.765.360,08	1,67	0,00	0,00
Artigo 7º IV	LETRA FINANCEIRA MASTER 8,2%		73.980.790,80	1,65	73.980.790,80	1,65	0,00	0,00
Artigo 7º IV	LETRA FINANCEIRA PLANNER 7,8%		255.812.176,12	5,71	255.812.176,12	5,71	0,00	0,00
Artigo 7º IV	LETRA FINANCEIRA PLANNER 8%		130.373.564,39	2,91	130.373.564,39	2,91	0,00	0,00
Artigo 7º IV	LETRA FINANCEIRA PLANNER 8,02%		86.301.646,41	1,93	86.301.646,41	1,93	0,00	0,00
Total			848.738.061,80	18,95	848.738.061,80	18,95	0,00	0,00

FUNDOS RENDA FIXA - 31/12/2024: R\$ 223.982.284,96 (4,99%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor(R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença R\$	Diferença %
Artigo 7º I, Alínea b	ITAU INST LEGEND RF LP FC	CDI/SELIC	61.735.364,55	1,38	488.407.918,12	10,90	323.365.989,56	7,22
Artigo 7º III, Alínea a	SANTANDER TP PREMIUM RF REF DI CIC FIF		482,25	0,00				
Artigo 7º III, Alínea a	BRADESCO FIF RF REF DI PREMIUM		47.201.416,03	1,05				
Artigo 7º III, Alínea a	CAIXA DISPONIBILIDADES		29,08	0,00				
Artigo 7º III, Alínea a	ITAÚ INST RF REF DI		56.104.636,65	1,25				
Artigo 7º V, Alínea a	ASPEN FIDC	CDI/SELIC	36.308.403,97	0,81	36.308.403,97	0,81	0,00	0,00
Artigo 7º V, Alínea a	MEGEVE FIC FIDC		17.011.543,27	0,38	17.011.543,27	0,38	0,00	0,00
Artigo 7º V, Alínea b	BRADESCO CRÉDITO PRIVADO LP PERF INST		5.595.111,60	0,12	5.595.111,60	0,12	0,00	0,00
Artigo 7º I, Alínea b	SAFRA IMA INSTITUCIONAL	IMA-B	25.297,56	0,001	25.297,56	0,001	0,00	0,00
Total			223.982.284,96	4,99	547.348.274,52	12,21	323.365.989,56	7,22

*** AUMENTAR A ALOCAÇÃO EM FUNDOS RENDA FIXA COM EXPOSIÇÃO AO CDI, EM UM TOTAL DE R\$ 323.365.989,56 (7,22%).**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

RENDA VARIÁVEL - 31/12/2024: R\$ 139.060.482,54 (3,10%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor(R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença R\$	Diferença %
Artigo 8º I	BTG PACTUAL ABSOLUTO INST FIQ FIA	IBOVESPA	44.094,44	0,00	134.396.392,24	3,00	-4.664.090,30	-0,10
Artigo 8º I	OCCAM FIC FIA		113.421.040,57	2,53				
Artigo 8º I	PLURAL DIVIDENDOS FIA		25.595.347,53	0,57				
Total			139.060.482,54	3,10	134.396.392,24	3,00	-4.664.090,30	-0,10

*** DIMINUIR A ALOCAÇÃO EM FUNDOS DE AÇÕES DO ARTIGO 8º, I, EM UM TOTAL DE R\$ 4.664.090,30 (0,10%);**

*** REVER OS LIMITES DA ALOCAÇÃO OBJETIVO, MÍNIMOS E MÁXIMOS DA ATUAL POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS.**

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR - 31/12/2024: R\$ 0,00 (0,00%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor(R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença R\$	Diferença %
Artigo 9º II	INVESTIMENTO NO EXTERIOR	MSCI	0,00	0,00	156.719.090,73	3,5	156.719.090,73	3,5
Artigo 9º III	FUNDOS BDR NÍVEL I	MSCI	0,00	0,00				
Total			0,00	0,00	156.719.090,73	3,5	156.719.090,73	3,5

*** AUMENTAR A ALOCAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR, DO ARTIGO 9º II, OU FUNDOS DE AÇÕES BDR NÍVEL 1, DO ARTIGO 9º III, EM UM TOTAL DE R\$ 156.719.090,73 (3,50%).**

*** REVER OS LIMITES DA ALOCAÇÃO OBJETIVO, MÍNIMOS E MÁXIMOS DA ATUAL POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS - 31/12/2024: R\$ 195.573.142,29 (4,37%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor(R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença R\$	Diferença %
Artigo 10º I	Fundo Multimercado	S&P 500	0,00	0	114.221.598,26	2,55	114.221.598,26	2,55
Artigo 10º II	HSI REAL ESTATE VI D FIP MULTIESTRATÉGIA	IPCA	195.573.142,29	4,37	195.573.142,29	4,37	0,00	0
Total			195.573.142,29	4,37	309.794.740,55	6,92	114.221.598,26	2,55

*** AUMENTAR A ALOCAÇÃO EM FUNDOS MULTIMERCADOS ATRELADOS AO S&P500, DO ARTIGO 10, I, NUM TOTAL DE R\$ 114.221.598,26 (2,55%).**

*** NÃO EFETUAR A ALOCAÇÃO EM FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO, DO ARTIGO 10, II.**

*** REVER OS LIMITES DA ALOCAÇÃO OBJETIVO, MÍNIMOS E MÁXIMOS DA ATUAL POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS.**

FUNDOS IMOBILIÁRIOS - 31/12/2024 = R\$ 50.000.000,00 (1,12%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor(R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão %	Diferença R\$	Diferença %
Artigo 11º	NEST EAGLE FII - EAGL11	IFIX	50.000.000,00	1,12	50.000.000,00	1,12	0,00	0
Total			50.000.000,00	1,12	50.000.000,00	1,12	0,00	0



CARTEIRA SUGERIDA X POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025



Artigo	Ativos	Benchmark	Valor (R\$)	% Carteira	ALM Sugestão	Política de Investimentos			Limite Legal
						Mín	Objetivo*	Máx	
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	IPCA	3.022.525.769,87	67,47	54,31	0	100	100	100
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	CDI/SELIC	61.735.846,80	1,38	10,9	0	100	100	100
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa		103.306.081,76	2,31		0	60	60	70
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	IMA-B	25.297,56	0,001	0,001	0	100	100	100
Artigo 7º IV	Ativos de Renda Fixa	IPCA	848.738.061,80	18,95	18,95	0	20	20	20
Artigo 7º V, Alínea b	FI RF - Crédito Privado	CDI/SELIC	5.595.111,60	0,12	0,12	0	5	5	10
Artigo 7º V, Alínea a	FIDC Cota Sênior	CDI/SELIC	53.319.947,24	1,19	1,19	0	5	5	10
Artigo 8º I	Fundos de Ações	IBOVESPA	139.060.482,54	3,1	3	0	30	30	40
Artigo 9º II	Investimento no Exterior	MSCI	0,00	0	3,5	0	0	0	10
Artigo 10º I	Fundo Multimercado	S&P 500	0,00	0	2,55	0	0	0	10
Artigo 10º II	Fundo de Participação	IPCA	195.573.142,29	4,37	4,37	0	5	5	5
Artigo 11º	Fundo de Investimento Imobiliário	IFIX	50.000.000,00	1,12	1,12	0	5	5	10
Total			4.479.879.741,46	100	100				

* REVER OS LIMITES DA ALOCAÇÃO OBJETIVO DA ATUAL POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS.



BOXPLOT

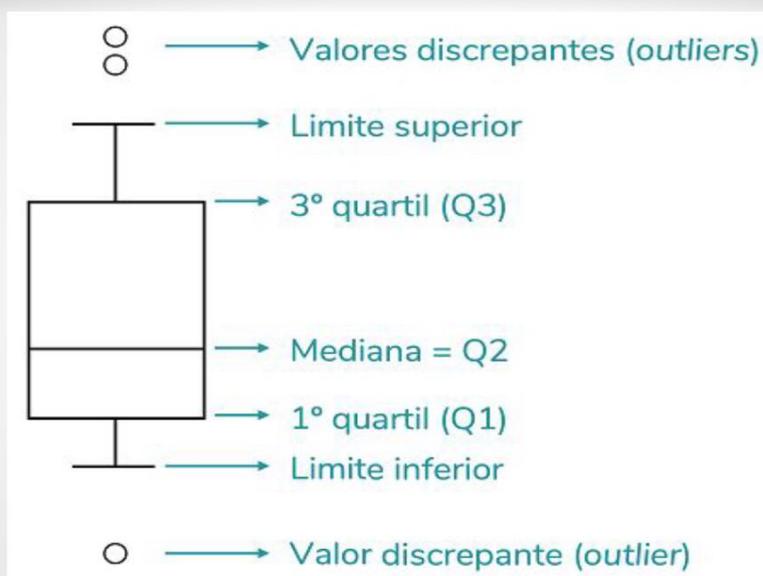
O **Boxplot** é uma ferramenta estatística utilizada para apresentar dados, alternativo ao histograma. Com ele é possível observar, em um conjunto de dados, a dispersão, assimetria, comprimento da cauda, *outliers*, etc.

O retângulo do Boxplot contém 50% dos dados. As linhas de fora do retângulo indicam a cauda da distribuição analisada.

Para cada ano é obtido um Boxplot indicando a dispersão e o nível de confiança do resultado apresentado.



BOXPLOT



LIQUIDEZ

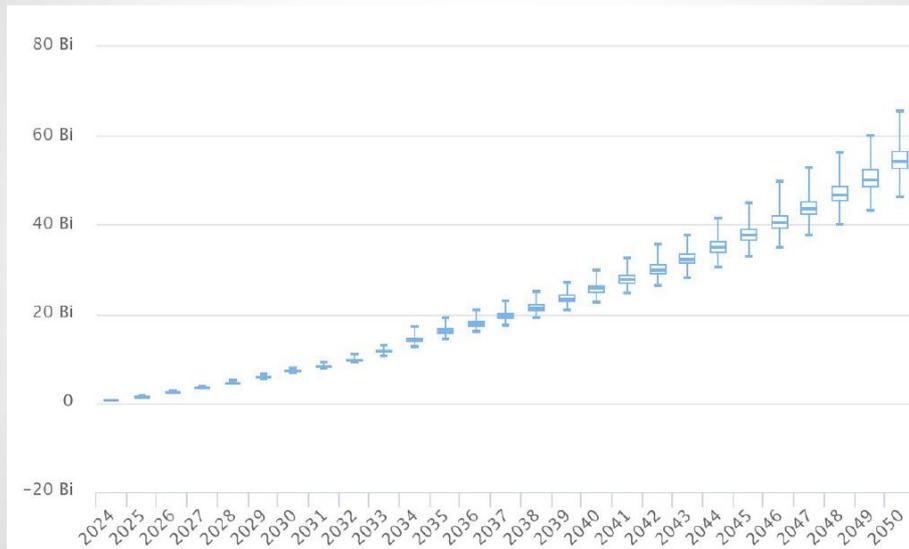
O gráfico de liquidez representa a diferença entre as receitas dos investimentos (juros, principal, vencimento e liquidez imediata) e o pagamento dos benefícios (fluxo de caixa atuarial). O reinvestimento do montante, resultado da diferença entre as receitas e despesas, foi realizado através da projeção da taxa 100% SELIC/CDI.

O gráfico demonstra que a carteira sugerida (mesmo com aumento da alocação em papéis na curva) indica probabilidade praticamente nula do caixa rodar negativo.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

LIQUIDEZ - CAIXA



EVOLUÇÃO PATRIMÔNIO



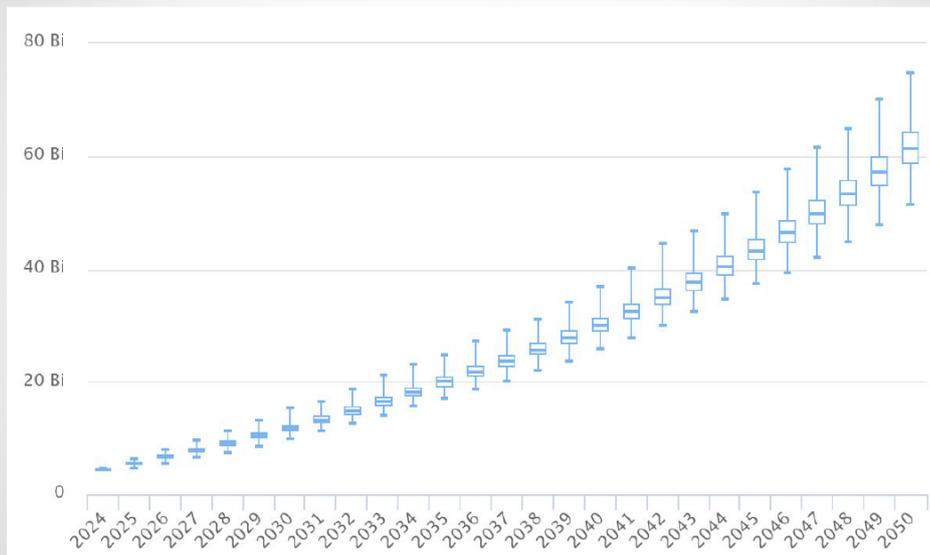
O gráfico de projeção do patrimônio representa a evolução do total de ativos financeiros do Plano (líquido do pagamento do fluxo de caixa atuarial).

O gráfico apresenta um crescimento bastante positivo para os ativos financeiros do Plano (inclusive quando comparado o valor mínimo de cada ano).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO



RENTABILIDADE



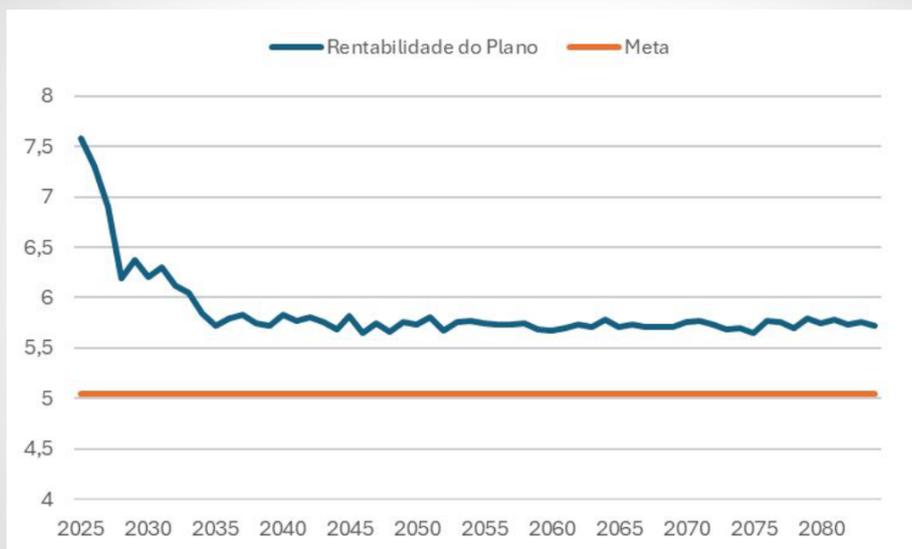
O gráfico de projeção da rentabilidade representa a evolução do retorno total de ativos financeiros utilizando a Carteira Ótima ao longo dos próximos anos.

O gráfico apresenta um retorno superior à meta de rentabilidade atualmente utilizada pelo Instituto.

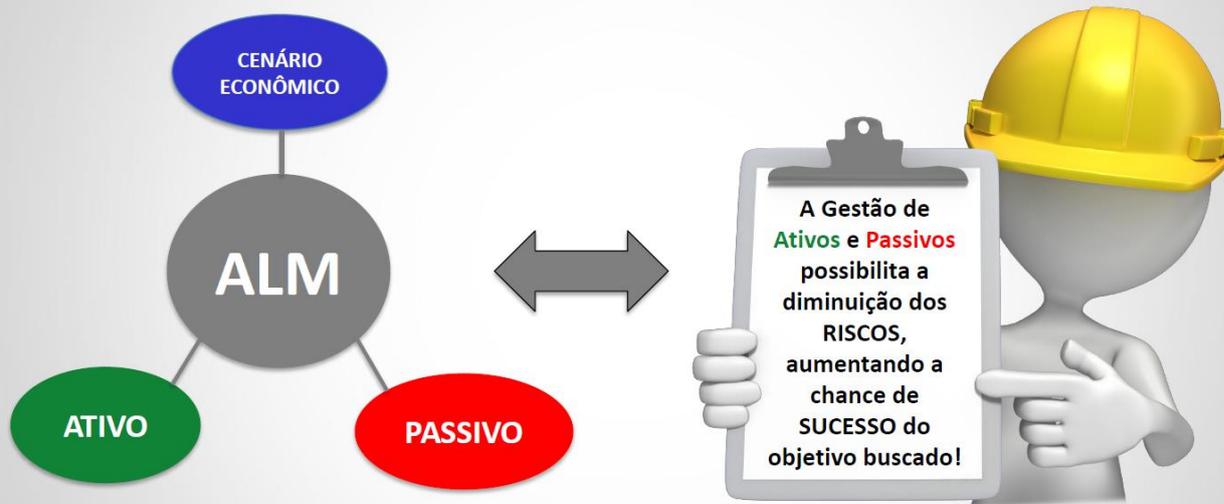


Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

RENTABILIDADE CARTEIRA X META ATUARIAL



ALM: CONCLUSÃO



www.rioprevidencia.rj.gov.br

